



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS
HUMANOS, NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL**

**DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO ENSINO
MÉDIO DO DISTRITO FEDERAL**

RAFAEL DANTAS DE CARVALHO

ORIENTADOR(A): MARISTELA ROSSATO

BRASÍLIA/2015

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

RAFAEL DANTAS DE CARVALHO

**DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO ENSINO
MÉDIO DO DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Educação em e para os Direitos
Humanos, no contexto da Diversidade Cultural, do
Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Maristela Rossato

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

RAFAEL DANTAS DE CARVALHO

DIREITOS HUMANOS E A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO ENSINO MÉDIO DO DISTRITO FEDERAL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural. Apresentação ocorrida em 14/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

PROF^a DR. MARISTELA ROSSATO

PROFESSORA ORIENTADORA

PROFESSORA STELA MARTINS TELES

NOME DO EXAMINADOR

RAFAEL DANTAS DE CARVALHO

BRASÍLIA/2015

*A Deus, minha razão de viver, fortaleza presente em todos os momentos,
o único que reina e para sempre reinará.*

*À minha família que, com muita simplicidade, mostrou-me um caminho de
luta, honestidade, respeito, fé, amor, carinho e vitórias.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, o autor da vida.

À minha esposa Ana Paula pelo amor, confiança e respeito irrestritos.

Aos meus queridos pais Vicente e Eunice e aos meus irmãos André e Pedro que sempre me apoiaram com amor, responsabilidade, carinho e fé nos momentos mais difíceis pelos quais passei.

À minha tia Maria; à minha prima Veridiana, Washington, Samuel, Lucas e Raquel pelo amor, força e orações.

À professora Dr. Maristela Rossato pela imensa competência, atenção e paciência durante todo o processo de orientação.

Aos professores e tutores do curso.

Aos professores e alunos do Centro de Ensino Médio 417 de Santa Maria pela contribuição na pesquisa de campo.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento da pesquisa.

RESUMO

A pesquisa visa trabalhar a questão dos Direitos Humanos com vistas à variação linguística no Ensino Médio das escolas públicas do Distrito Federal, estabelecendo uma reeducação pedagógica nos planos cultural e linguístico. Apresenta uma fundamentação teórica pautada nos Direitos Humanos, diversidade linguística, aceitabilidade do multiculturalismo e multilinguismo, a comunicação no processo de formação da identidade humana e a escola como agente de formação crítica no desenvolvimento de uma educação em e para os Direitos Humanos. A pesquisa foi construída a partir dos preceitos de Neto & Agnoletti (2012), Ribeiro (2012), Oliveira (2012), Bagno (1999, 2001, 2002), Bortoni-Ricardo (2005, 2007), dentre outros autores de renome no campo da educação, Direitos Humanos, multiculturalismo e diversidade linguística. O trabalho foi desenvolvido numa perspectiva qualitativa, em uma turma de terceiro ano do Centro de Ensino Médio 417 de Santa Maria, havendo uma análise minuciosa dos dados e do contexto da pesquisa por parte do pesquisador. A análise das informações demonstrou que a diversidade linguística ainda não tem sido trabalhada no ensino médio de uma forma significativa, porém, quando trabalhada contextualmente situada, os alunos respondem e demonstram compreender sua importância. Ressalta-se a necessidade do desenvolvimento de um trabalho pautado em ações interventivas contextualizadas em que haja a discussão dos Direitos Humanos e do multiculturalismo para uma formação crítica quanto à diversidade linguística.

Palavras-Chave: Direitos Humanos, Comunicação, Multiculturalismo e Diversidade Linguística.

SUMÁRIO

I.	Problema/Problematização	08
II.	Introdução/Justificativa	09
III.	Objetivos	
	3.1 Objetivo Geral	11
	3.2 Objetivos Específicos	11
IV.	Fundamentação Teórica	
	4.1 O papel dos Direitos Humanos no contexto da diversidade na educação	13
	4.2 A importância da comunicação para formação da identidade humana no contexto da diversidade e Direitos Humanos	15
	4.3 A aceitabilidade do multiculturalismo em sala de aula	17
	4.4 Variação linguística: respeito à diversidade e aos Direitos Humanos em sala de aula	19
	4.5 A escola como agente de formação em e para os Direitos Humanos no contexto da diversidade	23
V.	Campo de intervenção	
	5.1 Localização e contexto sociocultural,,,,.....	27
	5.2 Função social, níveis e modalidades de ensino, número de funcionários, espaço físico.....	27
	5.3 Aspectos culturais relevantes, projetos pedagógicos desenvolvidos.....	29
	5.4 Sujeitos envolvidos na pesquisa.....	29
VI.	Ações desenvolvidas na proposta de intervenção: descrição, análise e discussão.....	31
	1ª Ação interventiva: diagnóstico acerca da diversidade linguística.....	32
	2ª Ação interventiva: formação cultural no contexto da diversidade linguística....	38
	3ª Ação interventiva: análise de contextos de diversidade linguística.....	41
	4ª Ação interventiva: atividade final.....	44
VII.	Considerações Finais.....	52
	Referências.....	54
	Anexos.....	59

I. Problema/Problematização

Ao longo do processo histórico do Brasil, houve um significativo progresso tanto no campo econômico quanto no campo social. Pode-se exemplificar conquistas como o direito do voto feminino (1928), de grande representatividade para a democracia; o Estatuto da Igualdade Racial (2010), tentativa de minimização do preconceito racial; universalização da educação básica, dentre outros aspectos importantes para a consolidação de uma nação democrática que respeite os direitos humanos e a diversidade. No entanto, convém salientar que mesmo após relevantes acontecimentos, as escolas brasileiras ainda concentram inúmeros alunos vítimas do preconceito linguístico.

A escamoteação do acesso ao estudo da variação linguística é uma constante na realidade educacional brasileira, embora os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa sinalizam para uma educação de qualidade que respeite a diversidade linguística. Cabe salientar que muitos alunos sentem-se estigmatizados diante do preconceito linguístico, tornando-se estudantes apáticos e iminentes à evasão escolar.

Portanto, é indispensável que o educador seja consciente de que a escola é um ambiente voltado para a educação e a cultura, abandonando, assim, o mito de unificação do português no Brasil e passando a reconhecer a verdadeira diversidade linguística do Brasil. Dessa forma, por meio da presente pesquisa-intervenção, busca-se compreender o seguinte problema: Como o estudo dos Direitos Humanos impactam na Diversidade Linguística nas escolas públicas de ensino médio do Distrito Federal?

II. Introdução/Justificativa

Percebe-se que em plena era da globalização ainda há conflitos em relação ao diferente, por isso a diversidade não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular. O interesse pelo tema “Direitos Humanos e Diversidade Linguística no Ensino Médio do DF” surgiu a partir da necessidade de compreender as diferenças linguísticas, priorizando a língua como expressão da cultura de um povo.

Convém salientar que o preconceito linguístico é uma forma de preconceito social, sem nenhum fundamento, nenhuma justificativa cabível. É apenas o resultado da ignorância ou da intolerância. O grande problema é que, na maioria das vezes, o preconceito é imperceptível aos olhos da sociedade, por isso pouco se fala sobre este estigma social.

Entende-se como imprescindível uma reeducação pedagógica na qual o aluno tem papel central e o professor tem o papel de transformar, de criar condições para que se produzam novos sentidos à aprendizagem a partir de uma escola em que o aluno tenha acesso aos bens culturais, ao conhecimento produzido historicamente, e possa adquirir habilidades para transformar esses conteúdos no contexto social.

O tema diversidade linguística é quase sempre associado à falsa ideia de que a variação linguística é marca das zonas rurais, dos pobres e dos não escolarizados. Fixa-se, dessa forma, a necessidade de demonstrar que todo indivíduo faz uso da diversidade linguística, até mesmo os indivíduos que tiveram acesso à norma culta durante toda a vida.

Orlandi (1996, p. 98) salienta que língua e sociedade assumem um condicionamento recíproco: no condicionamento linguístico da sociedade, a língua cria identidade e a estrutura da sociedade está refletida na estrutura linguística.

A língua é como um comportamento social e assim sendo, está estreitamente ligada à vida, à cultura e ao fator histórico subjetivo de um povo. São as formas de fala e os modos de ser de um grupo, ligados aos valores e às crenças, que diferem ou assemelham os grupos sociais. No entanto, cada grupo é único, singular, subjetivo, possui uma identidade própria.

A diferença, a subjetividade e a identidade estão presentes em todos os contextos das escolas. Nesses ambientes, o que tem sido mais marcante é a questão da diversidade linguística e a identidade linguística de alguns grupos sociais. O Brasil é um país de multiplicidade cultural e, conseqüentemente, multilíngue. Isso proporciona, em sala de

aula, uma multiplicidade de dialetos, sendo alguns desses dialetos estigmatizados. Percebe-se, dessa forma, que a diferença no modo de falar uma mesma língua é visto como um erro, algo feio, desconexo da realidade, não entendendo que toda diversidade e multiplicidade são apenas aspectos naturais de uma sociedade.

É imprescindível o papel do educador no processo de erradicação do preconceito às identidades linguísticas em sala de aula, visto que o educador detém o poder de interferir diretamente no comportamento do educando, levando-o a aprofundar sua conscientização sobre a diferença (BORTONI-RICARDO, 2004).

Segundo Bortoni-Ricardo (2004), a partir da perspectiva de uma pedagogia culturalmente sensível à realidade dos alunos, a estratégia do professor deve incluir dois componentes: a identificação da diferença e a conscientização da diferença. É indispensável que o educador seja consciente de que a escola é um ambiente voltado para a educação e cultura, abandonando, assim, o mito de unificação do português no Brasil e passando a reconhecer a verdadeira diversidade linguística do Brasil.

O preconceito frente à diversidade linguística será a mola propulsora para realização da pesquisa. A pesquisa visa impactar o processo pedagógico, firmando-se no desenvolvimento de uma metodologia baseada na diversidade cultural e respeito aos Direitos Humanos, a fim de tornar mais significativa a formação de cidadãos críticos-reflexivos. A pesquisa tem por escopo transformar o processo pedagógico, já que alunos e professores se constituem sujeitos do ato de aprender e agentes sociais que tem poder para transformar a realidade da educação no Brasil.

Portanto, uma língua padrão ostentada e prescrita por um pequeno grupo que detém o poder no Brasil é incapaz de reconhecer a grandiosidade, a diversidade, a identidade, a subjetividade da Língua Portuguesa em diferentes contextos e, em vez de reconhecer-se a diversidade, prescreve-se uma norma, colocando como erro tudo o que difere da norma-padrão. Valorizam-se conteúdos desconexos da realidade do corpo discente e esquecem a verdadeira história do Português do Brasil, distanciando-se da pedagogia culturalmente sensível. Seria significativo para todos os alunos se houvesse um respeito mútuo à diferença, todos iriam ganhar pedagogicamente e socialmente.

III. Objetivos

3.1 Objetivo Geral

- Estabelecer uma reeducação pedagógica no plano linguístico, tendo em vista o respeito aos Direitos Humanos e à Diversidade.

3.2 Objetivos Específicos

- Compreender o ensino como essencial no processo de transformação pedagógica, a partir de uma escola que discuta o respeito aos Direitos Humanos e à Diversidade Linguística.

- Discutir a importância da heterogeneidade linguística como um bem cultural produzido ao longo da história do Brasil como um processo natural da língua.

- Desenvolver uma conduta crítica de análise da realidade linguística por parte do discente, respeitando o contexto social.

IV. Fundamentação teórica

Com o advento da globalização, o estudo da diversidade tem sido uma perspectiva abordada com afinco na contemporaneidade. Observa-se, veementemente, estudos que abordam o gênero e a questão racial. Já a perspectiva da diversidade linguística tem sido deixada de lado por muitas vezes. Daí a importância em se trabalhar a questão da diversidade linguística a partir dos preceitos dos Direitos Humanos. Dessa forma, alguns pesquisadores no campo da Sociolinguística, Educação e Direitos Humanos foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

A mídia e os gramáticos repudiam variantes linguísticas que distam daquela prescrita como a única correta. Tal fato tolhe a participação de alguns cidadãos por acharem que não sabem usar sua própria língua. Bagno (2001) é defensor de uma gramática descritiva, ou seja, uma língua que remonta a realidade contextual das variantes linguísticas. O autor estuda a língua a partir da Sociolinguística Variacionista, explicitando que a diversidade linguística é um processo normal da evolução de todas as línguas. A língua é um sistema ordenado, lógico e organizado mesmo na heterogeneidade.

Bagno (2001) determina como inconcebível lidar com apenas uma variante, já que o Brasil é multifacetado no que diz respeito às variantes linguísticas. Defende, ainda, o estudo da norma padrão, salientando o respeito à diversidade linguística como algo fundamental na educação de um país multilíngue como o Brasil. Dessa forma, o estudo da diversidade linguística no ensino médio é um dos pressupostos para sanar, ou ao menos minimizar, o preconceito linguístico.

Bortoni-Ricardo (2007) observa a educação escolar a partir da perspectiva da Sociolinguística, Educação e Cultura. A autora defende que os professores devem conhecer alguns preceitos da Sociolinguística, já que a formação escolar não é apenas conteúdo científico, mas, sobretudo, uma formação humana, social e cultural. Explicita que o Brasil é um país multicultural, tornando-se multifacetado em diferentes perspectivas, dentre as quais linguística. Ela mostra que os professores não estão preparados para lidar com o multiculturalismo, apegando-se a padrões pré-fixados, tidos como modelos a serem seguidos. Ratificando sua contribuição para o meio acadêmico, defende uma pedagogia culturalmente sensível à realidade dos alunos, aproveitando tudo que o aluno já traz de bagagem cultural.

Neto & Agnoleti (2012) enfatizam que a cultura não é apenas um complexo de padrões concretos de comportamento, hábitos ou costumes, defendendo o pressuposto de que o pensamento humano é social. Além disso, afirmam que as diversidades são próprias da humanidade do ser, mas não devem ser vistas enquanto desigualdade.

Ribeiro (2012) salienta que as escolas constituem-se espaço sociocultural por excelência, oferecendo condições para que os cidadãos reflitam acerca da diversidade cultural, estabelecendo referências de valores no processo de construção de formação humana do sujeito.

Para Oliveira (2012), a partir da redemocratização do Brasil tem sido bastante salutar a educação voltada aos Direitos Humanos e à diversidade cultural que se apresenta de diversas formas no plano temporal e espacial, revelando a pluralidade de identidades e expressões culturais da sociedade brasileira.

A partir dos autores salientados, desenvolver-se-á uma pesquisa acerca da diversidade linguística no ensino médio, ressaltando a importância do respeito aos Direitos Humanos e ao multiculturalismo. Nessa perspectiva abordar-se-á o papel dos Direitos Humanos no contexto da diversidade na educação escolar, a importância da comunicação para a formação da identidade humana no contexto da diversidade e Direitos Humanos, a aceitabilidade do multiculturalismo em sala de aula, a diversidade linguística com vistas aos Direitos Humanos e a escola como agente de formação em e para os Direitos Humanos no contexto da diversidade.

4.1 O papel dos Direitos Humanos no contexto da diversidade na educação

Os Direitos Humanos são uma conquista da humanidade em seu processo histórico no decorrer dos séculos. Cabe salientar que a história não ocorreu sem conflitos, retrocessos ou resistência por parte daqueles que perderam certos privilégios. Os Direitos Humanos “são princípios gerais, de caráter universal, ou seja, princípios éticos nos quais os valores da liberdade, da justiça, da solidariedade são fundantes”. (BOCK, 2012, p.141).

O Brasil destaca-se por ser um país que, desde o descobrimento, o desrespeito aos Direitos Humanos é encontrado de forma latente. Ao longo da história, continuava-se com a mesma prática, restringindo alguns direitos fundamentais (a educação, o voto, o trabalho remunerado, dentre outros) à minoria absoluta da população.

É consenso que gerações, dimensões ou processos respondem a conjunturas históricas em que lutas por direitos conquistam o reconhecimento institucional. Dessa forma, percebe-se a grande importância das gerações no decorrer da história do Brasil.

Com a redemocratização do Brasil tem sido de extrema importância para a consolidação e efetivação dos ideais humanísticos a educação em direitos humanos, diante de uma diversidade cultural que se apresenta de diversas formas no plano temporal e espacial, revelando a pluralidade de identidades e expressões culturais da sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2012, p. 579).

O contexto histórico situacional abarca toda perspectiva de luta atrelada aos Direitos Humanos. Dessa forma, a conquista deve perpassar direitos individuais, deve chegar à dimensão dos Direitos Humanos, que corresponde a uma coletividade em sua conjuntura histórico-social. Os Direitos Humanos realizam-se em um plano social, condicionado ao ambiente político e cultural no qual os homens e mulheres estão inseridos. O artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos destaca que:

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação (ONU, 1948, s/p).

O debate conceitual dos Direitos Humanos encontra, como fundamento teórico, um caminho orientado pela ação humana organizada a partir de um processo de libertação. Assim, os Direitos Humanos voltam-se ao domínio do agir humano, de modo que possam ser construídos e desconstruídos, reconhecidos e negados, efetivados e violados na dialética da história.

A importância da educação em e para os direitos humanos – EDH - é inquestionável. O desconhecimento do que (e de quais) são esses direitos, aliado à quase total inexistência de uma formação básica dos nossos cidadãos, tem levado pessoas a padecerem permanentemente de violações dos seus direitos fundamentais (NETO & AGNOLETI, 2012, p. 443-444).

A concepção histórico-crítica de Educação em Direitos Humanos caracteriza-se por uma luta permanente contra a exploração, o domínio, a vitimização e a exclusão. De acordo com essa concepção, os Direitos Humanos atrelam-se a um conjunto de práticas sociais, institucionais, econômicas, políticas e culturais.

A partir da concepção histórico-crítica, pode-se inferir que é a partir da abertura do humano para o outro que se instauram suas possibilidades de ações no mundo, de

desenvolvimento mútuo, de educação. A educação consiste nesse processo que propicia o encontro com o outro, com o mundo e consigo mesmo, devendo-se educar integralmente. Não basta apenas estar no mundo, é preciso entrar em contato com fenômenos circundantes pela mediação de outros homens.

Quando Paulo Freire propôs o método dialógico para educação, opondo-o aos métodos passivos e silenciadores, ele tinha em mente uma educação atrelada ao diálogo como uma exigência existencial. Para Freire (1978, p. 93), o diálogo “é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se ao ato de depositar ideias de um sujeito no outro”.

A educação dialógica está intimamente relacionada à realidade social dos indivíduos, ou seja, a educação tem uma razão concreta de existir, tem utilidade prática. Para isso, a educação deve atrelar-se a práticas crítico-reflexivas.

Portanto, uma parte significativa dos Direitos Humanos é fruto de conquistas, abdicando de lutas individuais para uma macro-conquista: os Direitos Humanos reconhecidos institucionalmente. Além disso, desenvolver Educação em Direitos Humanos significa respeitar o conhecimento intuitivo do outro, valorizar o que ele já sabe do mundo. Dessa forma, a escola é uma instituição social responsável por mediar, por meio de uma relação dialógica, os conhecimentos científicos, institucionais e culturais no processo de educação.

4.2 A importância da comunicação para formação da identidade humana no contexto da diversidade e Direitos Humanos

A comunicação humana é um fenômeno complexo e multideterminado, referindo-se à forma como os seres humanos entram em contato uns com outros a partir da perspectiva de que o ser humano é um ser eminentemente social. Cabe salientar que a constituição da sociabilidade e da cultura passa pelo processo de comunicação, considerando que a linguagem não é neutra e que está sujeita ao contexto situacional e cultural de uma determinada sociedade.

Bock (2012, p. 152) salienta, a partir dos preceitos de Vygotsky, que a comunicação humana foi uma das condições que nos tornou humanos. O signo é a unidade da linguagem e a forma que se tem de representar o mundo.

Tomando como pressuposto ideias de Mead, criador do Interacionismo Simbólico, corrente da Psicologia Social, Bock (2012, p. 150) explicita que a condição necessária para nossa inserção social é a linguagem, ou seja, a comunicação humana.

A criança cria uma estrutura interna que Mead chama de mim e que se associa ao eu, base da personalidade do sujeito. O mim é a instância que, ao representar o outro, representa a cultura. Assim, há uma negociação constante entre uma instância que regula as nossas necessidades e outra que regula a sua realização de acordo com as regras sociais. Essa introjeção do outro, quando concluída (quando já não precisa de referência direta do outro), é chamada de outro generalizado. Nós vamos construindo muitos outros generalizados na vida. O instrumento básico para a realização desse processo é a linguagem (BOCK, 2012, p.151).

Somente por meio da linguagem é possível a constituição do eu e a inserção social. A comunicação é parte constitutiva da vida em sociedade; linguagem e sociedade estão ligadas intrinsecamente. Bakhtin (1990, p.123 *apud* MUSSALIM & BENTES 2004, p. 25) salienta que:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal* realizada através da *enunciação* ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

Para a Sociolinguística, área da Linguística que estuda a língua em seu contexto social e cultural, a relação língua e sociedade é indissolúvel. A Sociolinguística estuda a heterogeneidade linguística em caráter mútuo com a heterogeneidade social. Língua e sociedade não podem ser vistas isoladamente, elas estão precipuamente “entrelaçadas, entremeadas, uma influenciando a outra, uma constituindo a outra” (BAGNO 2007, p. 38).

De acordo com Perini (2004, p.43), “cada língua é a expressão de uma concepção de mundo”. No meio social, a língua possui a função de interação dos indivíduos entre si e com a sociedade. Urban (1952 *apud* PRETTI, 2000, p. 14) afirma que, a vida só encontra sentido, ou se pode expressá-la por meio da linguagem, seja ela qual for, a comunicação é parte do próprio processo vital.

No processo de comunicação, a identidade é uma construção permanente refeita a fim determinar especificidades que estabeleçam fronteiras identificatórias com o outro, assim como obter reconhecimento de sua pertinência pelos demais membros do grupo social ao qual pertence. É na relação com os diferentes outros e nas práticas

discursivas que o sujeito emerge e é revelado, ou seja, “é também pelo uso da linguagem – e não qualquer materialidade linguística específica – que as pessoas constroem e projetam suas identidades” (SANTANA, 2007, p. 42).

A identidade é construída não apenas a partir do reconhecimento individual e coletivo do sujeito, mas também por meio de atribuições sociais de papéis e funções (NETO & AGNOLETI, 2012, p. 447). A identidade linguística é construída por papéis sociais diferentes e pela língua que constrói a subjetividade. O sujeito é um mosaico de diferentes potenciais em relações sociais diferentes, não há uma escolha livre de identidades, mas “são determinadas pelas práticas discursivas, impregnadas por relações simbólicas de poder” (SANTANA, 2007, p. 42). A identidade é formada por diferentes papéis sociais que são assumidos, a partir de uma perspectiva de não homogeneidade.

Portanto, a comunicação se faz presente em um espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando primordialmente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo (MOLLICA & BRAGA, 2004, p. 09). A língua funciona como um elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade. Toda língua, posta em uso por qualquer comunidade, contém variações, e respeitar essas diferenças no processo de comunicação consiste em respeitar os Direitos Humanos.

4.3 A aceitabilidade do multiculturalismo em sala de aula

A expansão de uma determinada diversidade linguística dentro de um ou mais de um grupo social faz com que a diversidade linguística adquira um determinado significado social e os usuários desse grupo passam a utilizá-la para afirmar a sua identidade cultural. Segundo Orlandi (1996, p. 98), língua e sociedade assumem um condicionamento recíproco: “condicionamento linguístico da sociedade: a língua cria identidade – e o condicionamento social da língua – a estrutura da sociedade está refletida na estrutura linguística”.

É importante mencionar a interferência de diferentes línguas e culturas no desenvolvimento do português no Brasil, ou seja, a constituição da língua portuguesa no Brasil sofreu influências de vários aspectos históricos.

Ao longo de 500 anos de história, a situação linguística do Brasil foi super complexa, pela presença das línguas indígenas (desde sempre), do português dos colonizadores, das línguas faladas pelos escravos africanos (a partir de 1532) e, depois, das línguas europeias e asiáticas faladas pelos imigrantes. No processo de implantação do português no continente sul americano, encontramos praticamente todas as situações de contato linguístico possíveis (ILARI & BASSO, 2006, p. 6).

Mello (1999, p. 23) defende a língua como um comportamento social e assim sendo, está estreitamente ligada à vida, à cultura e ao fator histórico de um povo. São os modos de fala e os de ser de um grupo, interligados aos valores e às crenças que diferem ou assemelham os grupos sociais, ou seja, cada grupo é único, singular.

As diferenças linguísticas estão interligadas ao fator socioeconômico. De acordo com Bagno (2005, p. 38), o que as pessoas levam em consideração são as diferenças sociais, não as diferenças linguísticas. O preconceito linguístico nasce do distanciamento social, econômico e cultural que existe entre o falante da variante padrão e o falante da forma não-padrão. De acordo com Bortoni-Ricardo (2004, p. 35), “a pluralidade cultural e a rejeição aos preconceitos linguísticos são valores que precisam ser cultivados a partir da educação infantil e do ensino fundamental”.

O prestígio político, social e cultural que uma determinada variedade linguística possui é decisivo para determinar o seu *status* na sociedade (MELLO, 1999, p.26). Segundo Kichter (2000, p. 31), para que o multilinguismo seja aceito e respeitado na sociedade, é fundamental levar em consideração a situação sociolinguística da comunidade.

A variedade padrão é utilizada pela classe que detém o poder econômico e cultural em uma determinada comunidade. Essa variedade é, geralmente, vista como a variedade de prestígio, a única correta em todos os contextos linguísticos e culturais. “Não há razões linguísticas propriamente ditas para tal estratificação” (MELLO 1999, p.27). Segundo Bortoni-Ricardo (2004, p. 34), “são fatores históricos, políticos e econômicos que conferem o prestígio a certos dialetos ou variedades regionais e, conseqüentemente, alimentam rejeição e preconceito em relação aos outros”.

O papel do educador é essencial no processo de erradicação, ou pelo menos minimização, do preconceito ao multilinguismo em sala de aula, já que o educador, com suas ideologias, detém o poder de influenciar diretamente no comportamento do educando, levando-o a “aprofundar sua conscientização sobre a variação linguística e a educação em língua materna” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 45).

Toda língua é adequada à comunidade que a utiliza, é um sistema completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e simbólico em que vive. É absolutamente impróprio dizer que há línguas pobres em vocabulário. Não existem também sistemas gramaticais imperfeitos (MUSSALIM & BENTES, 2004, p. 40).

A formação cultural não é transmitida por hereditariedade biológica, mas adquiridas na vida coletiva, por um processo de apropriação da cultura. A sociedade, assim como os seres humanos, está em constante transformação. “Somos sócios no empreendimento de transformar o mundo e nós mesmos” (BOCK, 2012, p. 69).

Não se pode almejar uma sociedade de cidadãos culturalmente idênticos, mas diversos e plurais, com manifestações próprias e que tenham respeito às diversidades de seus congêneres humanos. De acordo com Fleuri (2006 *apud* RIBEIRO, 2012, p. 486), “é no reconhecimento da paridade de direitos, que se concretiza o respeito à diferença”.

A cultura não é apenas um complexo de padrões concretos de comportamento, hábitos ou costumes, mas desenvolve-se pelo pressuposto de que o pensamento humano é social. “Diferenças e/ou Diversidades são próprias da humanidade do ser, mas não podem e não devem ser compreendidas enquanto desigualdade e/ou meio para desigualar os seres humanos” (NETO & AGNOLETI, 2012, p. 459).

Portanto, desenvolver uma educação voltada ao multiculturalismo significa respeitar o conhecimento intuitivo do aluno, valorizar o que ele já sabe do mundo, da vida, reconhecer a sua própria identidade como ser humano imerso num processo democrático. As práticas sociais desenvolvidas em um ambiente democrático e multicultural podem contribuir para constituição de uma nova realidade social e educacional. O Protagonismo Estudantil torna-se possível via redes de ações práticas a partir da aceitabilidade do multiculturalismo, promovendo interações positivas dialogadas e co-responsabilizadas com o grupo.

4.4 Variação linguística: respeito à diversidade e aos Direitos Humanos em sala de aula

O falante que tem acesso à norma padrão apresenta sempre um conflito entre a norma padrão e a língua materna (BAGNO, 2001, p. 165). Essa diversidade linguística é qualidade constitutiva do fenômeno linguístico, são variações que sofrem influências do meio da qual essa língua é usada, ou seja, toda língua é heterogênea.

Ao estudar qualquer comunidade linguística a constatação mais imediata é a existência de diversidade ou da variação. Isto é, toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de falar. A essas diferentes maneiras de falar, a Sociolinguística reserva o nome de variedades linguísticas (MUSSALIM & BENTES, 2004, p. 32).

Além de apresentar variações, a língua também muda com o tempo. A língua falada no Brasil atualmente é diferente da que era falada aqui no século XIX, época em que o Brasil ainda era colônia de Portugal. A mudança ocorrida ao longo do tempo recebe o nome de mudança diacrônica (BAGNO, 2005, p. 22).

Os falantes do Português do Brasil apresentam um repertório linguístico que pode variar conforme o ambiente em que se encontram – diversidade diatópica – e com quem se fala, selecionando sua comunicação de acordo com a necessidade – diversidade diafásica. A língua pode variar também conforme o nível socioeconômico de quem a utiliza – diversidade social. Bortoni-Ricardo (2004) salienta que as variações de vocabulário ou repertório são relacionadas aos papéis sociais que são culturalmente condicionados.

Embora se constitua em um único sistema linguístico, a língua portuguesa no Brasil possui uma diversidade linguística bastante considerável, constituindo-se uma deferência pela norma culta em detrimento das outras variedades. A escola, vertente condutora da educação formal no Brasil, atua como preservadora das normas de prestígio, impondo gostos, normas, padrões estéticos. De acordo com Luft (1994 *apud* BAGNO 1999, p. 63), “um ensino gramaticalista abafa justamente os talentos naturais, incute insegurança na linguagem, gera aversão ao estudo do idioma, medo à expressão livre e autêntica de si mesmo”. Muitos brasileiros são silenciados por se sentirem inseguros no uso de sua própria língua (cf. BORTONI-RICARDO, 2004), caracterizando uma não liberdade no exercício dos Direitos Humanos.

No Brasil, até o século XIX, trabalhar a língua portuguesa na escola era o mesmo que ensinar gramática normativa ou prescritiva, pois se distanciava do fato de que saber uma língua é uma coisa e conhecer sua gramática é outra, ou seja, saber usar suas regras é diferente de saber explicitamente quais são as regras. A língua era vista como um fator homogêneo. Estudar gramática não equivale a estudar a língua, mas a um conjunto de hipóteses acerca da língua (PERINI, 2004).

Após a inclusão da classe trabalhadora na escola, a partir da década de 1960, os educadores passaram a conviver com a heterogeneidade linguística até então desconhecida, já que estavam acostumados a lidar somente com a norma culta ensinada

aos filhos da elite. Esse processo recebeu o nome de “democratização” do ensino no Brasil.

As aspas em “democratização”, usadas por muitos autores que tratam do tema, indicam que a ideia de “democracia”, neste caso, não corresponde muito bem ao que aconteceu. Na verdade, o que houve foi um grande aumento *quantitativo* do número de escolas, aumento provocado pelo acelerado ritmo de *urbanização* da população brasileira (BAGNO, 2007, p. 30, grifo do autor).

Para Pretti (2000, p. 29), “todo professor é professor de língua, já que ele se serve da língua como meio de transmissão dos conteúdos que lhe cabe ensinar”. De acordo com os PCN (BRASIL, 1997, p. 26):

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala.

Uma das questões que dificulta o ensino de Língua Portuguesa nas escolas brasileiras é a unificação do Português como sendo admissível apenas o que está conforme a gramática normativa e/ou o dicionário. Para Marroquim (1931 *apud* BAGNO, 2001, p. 165) “é uma violência inútil ajeitar-se uma ideia a um molde inadequado que a comprime que a machuca, que a deforma, somente porque esse molde assentava bem a essa ideia há 100 anos passados”. Segundo Bagno (1999, p. 40), qualquer manifestação linguística que não obedeça ao “triângulo escola-gramática-dicionário” é tida como inadequada ou “errada”.

De acordo com Bagno (1999, p. 40), é preciso que a escola e todas as demais instituições comprometidas com a educação passem a reconhecer a diversidade linguística existente no Brasil para desenvolver políticas de ação que priorizem a população marginalizada. Somente assim haverá o devido respeito à diversidade e aos Direitos Humanos.

Cabe salientar que a aquisição das regras da gramática normativa não acontece num processo natural, mas por imposição/prescrição política e cultural. Além disso, a gramática normativa não abarca toda a língua portuguesa. “A língua não está registrada por inteiro nos dicionários, nem suas regras de funcionamento são exatamente (nem

somente) aquelas que aparecem nos livros chamados gramáticas” (BAGNO, 2007, p. 36). A aquisição natural da língua ocorre na relação do indivíduo com a sociedade, havendo variações e mudanças linguísticas, já que, sendo a língua dinâmica, ela muda com o tempo.

A variação linguística em sala de aula não pode ser vista como um problema, pois é um fenômeno natural da vida em sociedade. Segundo Mollica & Braga (2004, p. 15), a heterogeneidade, assim como a homogeneidade, não é aleatória, mas regulada, movida por um conjunto de regras. De acordo com Bagno (2007, p. 48), “toda e qualquer variedade linguística é plenamente funcional, oferece todos os recursos necessários para que seus falantes interajam socialmente, é um meio eficiente de manutenção da coesão social da comunidade em que é empregada”.

O Brasil possui uma diversidade cultural notória e, conseqüentemente, uma significativa diversidade linguística e, dessa forma, considerar que a língua no Brasil é unificada pode prejudicar o ensino em sala de aula. A diversidade linguística funciona como elemento que confere identidade a um grupo social (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 33).

Bagno (1999) explicita que as escolas precisam abster-se do mito da unidade linguística do Brasil. Por não reconhecer a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, a escola tenta impor sua norma linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2004, p. 48), as diferenças sociolinguísticas são resultado da má distribuição de renda e, conseqüentemente, das diferenças de *status* econômico e de bens culturais. No processo ensino-aprendizagem não se deve distar dos valores do aluno, mas acrescentar conhecimento, construir possibilidades de interação com a sociedade na qual esse aluno está inserido.

A partir de uma pedagogia culturalmente sensível aos saberes dos alunos, podemos dizer que, diante da realização de uma regra não padrão pelo aluno, a estratégia da professora deve incluir dois componentes: a *identificação* da diferença e a *conscientização* da diferença (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 42).

Possenti (1996, p. 80) salienta que as “diferenças linguísticas não são erros, são apenas construções ou formas que divergem de um certo padrão. São erros aquelas construções que não se enquadram em qualquer das variedades de uma língua”.

Portanto, a escola deve funcionar como uma agente de mudança de nossa realidade, buscando a sensibilização e a conscientização das pessoas próximas à sua realidade. Ela precisa contribuir para formação de cidadãos que respeitem a diversidade e, conseqüentemente, os Direitos Humanos, que não apenas lutem, mas que, sobretudo, enquanto agentes de mudança, sejam propagadores da educação voltada ao respeito à diversidade linguística.

4.5 A escola como agente de formação em e para os Direitos Humanos no contexto da diversidade

Ao longo do processo histórico do Brasil, houve um significativo progresso tanto no campo econômico quanto no campo social. Pode-se exemplificar várias conquistas como universalização da educação básica e maior acesso ao ensino superior, dentre outros aspectos importantes para a consolidação de uma nação democrática voltada à educação de qualidade.

É necessário que a prática pedagógica se dê de maneira efetiva nas ações e posturas dos educadores. É indispensável que o educador seja consciente de que a escola é um ambiente voltado para a educação e cultura, abandonando, assim, o mito do currículo unificado como uma lista de conteúdos a serem ensinados.

A Escola possui uma vocação especial e um papel fundamental no processo de construção de uma cultura de direitos humanos, sendo um instrumento eficaz do processo de socialização cultural na construção da cidadania e de emancipação dos sujeitos em formação, através da valorização de práticas educativas e estratégicas metodológicas voltadas ao respeito à dignidade da pessoa humana e na capacitação e formação dos agentes educadores, estabelecendo um currículo baseado no diálogo e na transversalidade (OLIVEIRA, 2012, p. 582).

Entende-se como imprescindível uma reeducação pedagógica na qual o aluno tem papel central e o professor tem o papel de transformar, de dar um novo sentido para a aprendizagem a partir de uma escola em que o aluno tenha acesso aos bens culturais, ao conhecimento produzido historicamente, e possa adquirir habilidades para

transformar esses conteúdos no contexto social. A escola deve funcionar como agente de formação em e para os Direitos Humanos no contexto da diversidade.

As escolas, por se constituírem num espaço sociocultural por excelência, têm a obrigação de oferecerem condições para educadores, educandos, pais e comunidades refletirem sobre a diversidade cultural estabelecendo referências de valores no processo de construção de formação humana do sujeito (RIBEIRO, 2012, p. 477).

Embora a educação tenha evoluído nos últimos anos, estando mais preocupada com a realidade social, percebe-se que ainda hoje, em pleno século XXI, há uma educação distante da prática social dos alunos. Essa situação, segundo Paulo Freire, é chamada de “educação bancária” (FREIRE, 1978, p. 67-8), em que a educação é um ato de depositar, de transferir valores e conhecimentos sem uma conduta crítica, sem relevância sociocultural. Quando Paulo Freire propôs o método dialógico para a educação, opondo-o aos métodos passivos e silenciadores de transferência de conhecimentos, ele tinha em mente uma educação atrelada ao diálogo como uma exigência existencial. Para Freire (1978, p. 93), o diálogo “é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se ao ato de depositar ideias de um sujeito no outro”.

A educação dialógica está intimamente relacionada à realidade social dos alunos, ou seja, a educação tem uma razão concreta de existir, tem utilidade prática. Para isso, a educação deve atrelar-se a práticas crítico-reflexivas com vistas ao respeito à diversidade e aos Direitos Humanos. Dias (2008 *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 584) salienta que:

Compete à escola, local por excelência de sistematização dos conhecimentos produzidos pela humanidade, implementar e desenvolver uma pedagogia participativa e democrática, fundada na dialogicidade e na historicidade do ser humano, que inclua conteúdos, procedimentos, valores, atitudes e comportamentos orientados para a compreensão, promoção e defesa dos direitos humanos, bem como para a sua reparação em caso de violação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei número 9394/96, em seu artigo primeiro, estabelece que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

As constantes transformações das sociedades exigiram uma redefinição das práticas sociais, destacando-se a questão do tornar-se humano. É importante salientar que o indivíduo já existe antes do nascimento, enquanto seres humanos, em termos históricos, culturais e sociais, sua identidade vai se desencadeando no interior da família. Moreno (1975 *apud* PULINO, 2001) explicita que assim como em nível fisiológico o bebê se constitui alimentado pela placenta, no nível psíquico ele se desenvolve alimentado por uma placenta social, sendo denominado por Moreno como matriz de identidade.

A entrada e permanência na escola estão intrinsecamente relacionadas à placenta, ainda antes do nascimento até a formação do indivíduo enquanto cidadão, que é alimentado pela placenta social. Desenvolver educação de qualidade significa respeitar o conhecimento intuitivo do aluno, valorizar o que ele já sabe do mundo, da vida, para constituição de uma nova realidade social e educacional. Neto & Agnoletti (2012, p. 447) explicitam que:

Em tempos de intolerância e face às graves violações de direitos que vimos assistindo na atualidade, a Educação em Direitos Humanos se torna o meio mais importante para a construção de uma outra forma de convivência humana, pautada no respeito à diversidade, na convivência entre diferentes, na solidariedade entre desiguais, na mediação de conflitos e na busca da paz.

Durante a infância, e no decorrer da vida, os indivíduos participam de processos de socialização no interior da família e em outros contextos e é a escola a instituição responsável por sua socialização formal, destacando-se a educação voltada para os conhecimentos científicos, produção artística e educação moral, que o introduz aos valores e crenças inerentes à sua cultura.

A escolaridade surge como uma variável fundamental na definição das diferenças linguísticas e culturais. A escola é uma instituição privilegiada no processo de construção do modo de funcionamento intelectual dos membros da sociedade. Ela funciona como uma agência social explicitamente destinada a trabalhar os conhecimentos e as formas de pensamentos considerados necessários e adequados para essa sociedade marcada pelo desenvolvimento científico e tecnológico.

Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. O processo formativo pressupõe o reconhecimento da pluralidade e da alteridade, condições básicas da liberdade para o exercício

da crítica, da criatividade, do debate de ideias e para o reconhecimento, respeito, promoção e valorização da diversidade. Para que esse processo ocorra e a escola possa contribuir para a educação em direitos humanos, é importante garantir dignidade, igualdade de oportunidades, exercício da participação e da autonomia aos membros da comunidade escolar (BRASIL, 2007, p. 31).

A escola é uma instituição social responsável por mediar, por meio de uma relação dialógica, os conhecimentos científicos e culturais no processo de ensino-aprendizagem. Soares (2003) salienta que a escola brasileira tem-se mostrado incompetente, gerando o fracasso escolar. Tem havido um grave efeito não só de acentuar as desigualdades sociais, mas, sobretudo, de legitimá-las. A acentuação e a legitimação das desigualdades sociais tornam-se explícitas quando a identidade do cidadão é desrespeitada.

A educação é um dos maiores instrumentos de empoderamento e, deve ser trabalhada como meio de reconhecimento e afirmação dos Direitos Humanos e da diversidade existente entre os alunos.

É a partir da educação que é possível incluir essa imensa parcela da população brasileira no desenvolvimento, garantindo-lhe o pleno exercício da cidadania. Entretanto, para que se possa dar efetividade a essa proposta de Educação Inclusiva, faz-se imperioso garantir acesso a uma educação de qualidade, pluralista e emancipatória - aqui compreendida enquanto aquela que, muito mais que possibilitar a formação acadêmica, científica, cultural e humanista, estimula a curiosidade, a criatividade e a busca por aprimoramento (NETO & AGNOLETI, 2012, p. 463-464).

A escola, espaço de socialização da cultura, constitui-se no *locus* privilegiado de um conjunto de atividades que, metódica, continuada e sistematicamente, é responsável pela formação inicial da pessoa até sua constituição enquanto cidadão crítico e reflexivo. As interações sociais desencadeadas na escola ajudam os alunos a compreenderem-se a si mesmos e aos seus outros sociais, enquanto sujeitos sociais e históricos. Dessa forma, alunos e professores devem constituir-se sujeitos do ato de aprender e agentes sociais que têm poder para transformar a realidade da educação no Brasil. A escola deve funcionar como agente de formação em e para os Direitos Humanos no contexto da diversidade.

V. Campo de intervenção

5.1 Localização e contexto sociocultural

Em 1998, no sentido de melhor atender à comunidade, como solicitação dentro do programa de Orçamento Participativo, deu-se início a construção do Centro de Ensino Médio 417 de Santa Maria, sito à Área especial A, Quadra 417, Santa Maria Norte, Distrito Federal. Inicialmente as matrículas foram atendidas em caráter provisório nas instalações de uma Escola Classe vizinha. O CEM 417 iniciou seus trabalhos somente no turno noturno. No dia 03 de agosto de 1998, alunos, professores, direção provisória e comunidade receberam as instalações definitivas da escola. Já em 1999, foi o primeiro ano em que a instituição de ensino funcionou nos três turnos.

A comunidade de Santa Maria originou-se do assentamento de famílias que se encontravam em diversos pontos do Distrito Federal. Os lotes foram distribuídos pela TERRACAP e Fundação de Serviço Social. Em meados de 1990 foi autorizada a ocupação da área para um contingente de famílias com baixa renda e sem moradia. A rapidez da ocupação dos lotes e a falta de investimento na infraestrutura do local contribuíram para o surgimento de uma comunidade desprovida de direitos básicos como saúde, educação, segurança, urbanização, saneamento básico e transporte de qualidade.

Aos poucos, a cidade foi sendo tomada por uma população heterogênea, uma vez que muitos dos moradores – que receberam seus lotes por programas sociais – venderam para outras famílias e se instalaram no entorno sul do DF. Essa nova comunidade impôs a chegada de comércio, daí surgindo demanda por escolas, hospital, delegacia, enfim, toda uma infraestrutura. Atualmente a cidade possui cerca de 130.000 habitantes.

5.2 Função social, níveis e modalidades de ensino, número de funcionários, espaço físico

Para atender a um universo de cerca de 1800 alunos distribuídos em 48 turmas – 18 turmas no turno matutino, 18 turmas no turno vespertino e 12 turmas no turno noturno – do Ensino Regular, a Escola conta com um quadro amplo de servidores, possuindo 101 servidores efetivos da Secretaria de Educação e 11 na forma de contrato

temporário e 23 trabalhadores terceirizados. Esse material humano fica dividido conforme tabela abaixo:

	Efetivos	Contrato temporário	Licenças médicas/outras
Professores	76	11	01
ACL/Técnico Adm.	24	00	00
Terceirizados	23	00	00
Cedidos	00	00	00
Orientadores	02	00	00

Tabela 01: Material Humano a serviço da escola, 2º semestre 2015.

A estrutura Organizacional da instituição de ensino segue os parâmetros propostos pela Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal/SEE-DF, como exposto a seguir, respeitando as regras da Gestão Democrática: Diretor, Vice-Diretor, Supervisores e Coordenadores Pedagógicos.

O funcionamento da instituição é fixado de acordo com a Lei 9394/96 que estabelece as Diretrizes Básicas de Ensino, regulamentado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Ficando assim estabelecido: 200 dias letivos, dividido em dois semestres com 100 dias cada. A Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria adotou para o ano letivo de 2015 a semestralidade. O ano letivo é dividido em dois semestres (Bloco I e Bloco II de disciplinas). As reestruturações feitas pela CRE de Santa Maria têm como base o artigo 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (BRASIL, 1996).

A instituição possui 18 salas de aula, dentre as quais uma de Educação Física e outra de Arte. Possui um laboratório de informática que funciona plenamente, embora não tenha um professor responsável pelo mesmo, e possui um laboratório de ciências bastante precário. Além disso, há uma quadra de esportes com dimensões oficiais, porém ainda não coberta. Por fim, a escola possui uma boa estrutura física, com salas de aula e

banheiros muito bem cuidados, necessitando de melhorias no laboratório de ciências e sala de vídeo.

5.3 Aspectos culturais relevantes e projetos pedagógicos desenvolvidos

O CEM 417 de Santa Maria possui muitos projetos que remontam aspectos culturais relevantes: Feira de Ciências, Projeto Cultural (com foco na Consciência Negra e literatura brasileira, resgatando aspectos culturais e interdisciplinares), Halloween e Jogos da Paz. Esses projetos constituem uma perspectiva macro, já que toda a escola participa ativamente desde a sua idealização até a culminância.

Além disso, há projetos de determinados professores como: Cultura Negra e Valorização da Mulher, em História; Justiça e Cidadania e Protagonismo Juvenil em ações concretas de respeito a pessoas em situação de vulnerabilidade, em Filosofia; Consciência Política, em Geografia, dentre outros.

5.4 Sujeitos envolvidos na pesquisa

O Centro de Ensino Médio 417 é um dos quatro colégios públicos que atende a modalidade de ensino médio regular em Santa Maria. Por atender a maior parte da comunidade escolar de Santa Maria Norte, o colégio tem uma clientela heterogênea culturalmente e financeiramente. Nos turnos matutino e vespertino encontram-se os estudantes sem distorção idade/série, com algumas exceções, e, no turno noturno, encontram-se os estudantes trabalhadores, geralmente com mais idade.

A escola pesquisada possui atualmente cerca de 1.800 alunos distribuídos nos três turnos. Cabe salientar que os estudantes do CEM 417, em sua grande maioria, são nascidos no Distrito Federal e moram em Santa Maria. Porém, cerca de 10% são oriundos de diferentes Estados, destacando-se Goiás, Minas Gerais, Piauí, Ceará e Rio de Janeiro.

Ainda sobre a heterogeneidade dos alunos é importante ressaltar que cerca de 4% deles residem no entorno sul do Distrito Federal, além de alguns poucos que moram no Gama e Recanto das Emas. Quanto à questão financeira, percebe-se uma pequena parcela de alunos pertencentes à classe média, mas a grande maioria pertence à classe média-baixa e baixa.

Os alunos envolvidos diretamente na pesquisa são alunos de uma turma de terceiro ano do período vespertino, com idade entre 15 e 18 anos.

VI. Ações desenvolvidas na proposta de intervenção: descrição, análise e discussão

A pesquisa-intervenção é de cunho qualitativo, pois se almeja fazer uma interpretação analítica dos dados produzidos. Na pesquisa qualitativa, a reflexão não se comprova numérica ou estatisticamente, por isso necessita de uma interpretação dos fenômenos à luz do contexto e dos fatos. Aqui o pesquisador participa, compreende e interpreta. São necessários maiores detalhes dos dados obtidos, a fim de conseguir respostas às indagações e estabelecer as relações necessárias entre os dados produzidos e as hipóteses formuladas. De acordo com Marconi & Lakatos (2003, p. 167), na pesquisa qualitativa, a importância dos dados não está em si mesmos, mas em proporcionarem respostas às investigações.

Na pesquisa-intervenção, o pesquisador se faz presente ativamente em todo o processo da pesquisa, se envolve na análise crítica do problema e na implantação de soluções para os mesmos. O objetivo da pesquisa é estabelecer junção entre teoria e prática, aliados aos métodos qualitativos de pesquisa. Nela o participante é sujeito ativo, podendo interferir em sua própria realidade.

O objetivo da pesquisa é viabilizar uma análise interpretativa entre os dados produzidos, tendo em vista que o que se propõe nesta pesquisa é um trabalho constante de identificação e conscientização da diversidade linguística, promovendo-a como diversidade cultural.

O trabalho no ambiente de sala de aula no processo de intervenção baseou-se em características interacionais. Para Salvador (2001, p. 147), a sala de aula é um lugar em que as pessoas podem interatuar com facilidade, frente a frente. A intervenção do pesquisador se distancia do processo mecânico e, provavelmente, terá relevância no desenvolvimento do sujeito no sentido de proporcionar avanços significativos na conscientização da diversidade linguística.

A análise dos dados e resultados exigiram um trabalho minucioso do pesquisador, a partir de uma sensibilidade crítica e interpretativa. É importante ressaltar que o trabalho desenvolvido é um *continuum*. A ruptura ou finalização do trabalho faz-se necessário para que haja uma análise qualitativa dos dados produzidos. Essa análise é fundamental para o esclarecimento da eficiência ou não da metodologia de trabalho com a diversidade linguística no ensino médio desenvolvida durante todo o processo de pesquisa.

1ª Ação interventiva: diagnóstico acerca da diversidade linguística

A primeira ação interventiva ocorreu nos dois últimos horários da disciplina de Matemática, aulas gentilmente cedidas pelo professor para o desenvolvimento da pesquisa. Nessa aula, havia 38 alunos. Essa primeira ação interventiva consiste em estabelecer um diagnóstico acerca do posicionamento dos alunos diante da diversidade linguística a partir do respeito aos Direitos Humanos. A primeira ação tem como pressuposto estabelecer diretrizes e ações interventivas diante do que será encontrado nesse momento de diagnóstico acerca da diversidade linguística.

O processo de aplicação e intervenção da pesquisa, na primeira ação, deu-se a partir da apresentação aos alunos do poema Pronominais de Oswald de Andrade e do artigo segundo da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A primeira ação tomada relaciona-se à divisão da turma em grupos compostos por quatro ou cinco alunos. Em grupos, os alunos analisaram o poema “Pronominais”, relacionando-o ao artigo segundo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, escrevendo um trecho que abarque essa relação.

Pronominais

Dê-me um cigarro
 Diz a gramática
 Do professor e do aluno
 E do mulato sabido
 Mas o bom negro e o bom branco
 Da Nação Brasileira
 Dizem todos os dias
 Deixa disso camarada
 Me dá um cigarro.

“Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”. **Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.**

A partir do que fora escrito pelos alunos houve um debate acerca das respostas apresentadas, tendo o pesquisador como mediador desse processo. O objetivo dessa primeira ação era que os alunos explicitassem criticamente que todos os seres humanos têm direitos e liberdades e, nesse caso, o poema ressalta, dentre outras coisas, a

liberdade linguística, a língua contextualmente situada. Dentre as respostas esperadas observou-se:

Grupo 1: “Todos nós temos a liberdade de nos expressarmos da maneira que quisermos”.

Grupo 2: “A forma da fala e escrita podem ser fatores de exclusão social, porém, isso não deve ser feito, pois todos somos iguais. Além disso, possuímos os mesmos direitos que os outros cidadãos, portanto, somos livres independentes da nossa cultura”.

Grupo 3: “Todos nós temos direitos a nossa liberdade independente de sua raça, cor, religião etc. Portanto todos nós devemos exigir os nossos direitos e liberdade. É que os brasileiros não se importam mais com a gramática, a cada dia a nossa linguagem fica mais informal, por causa de novos modos e origens, ou seja cada com sua cultura diferente”.

Três grupos conseguiram perceber a questão da diversidade linguística como um processo natural e cultural, atrelado à liberdade, quanto à variante linguística. Esses grupos conseguem observar a língua como algo contextualmente situado. “A língua deve ser ensinada como um meio de expressão e comunicação” (DUARTE, 1998, p. 222). Comunicação não implica um grupo de pessoas que, regidas por regras, são obrigatoriamente levadas a falar do mesmo modo, mas um grupo de pessoas que compartilham a mesma forma de expressão, sem desrespeitar a linguagem.

Para Bakhtin (1979 *apud* FÁVERO & KOCH, 2000, p. 43), “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua”. A língua não transmite informações, mas ajuda em sua construção, por isso não se caracteriza como um código informacional. Os sujeitos estão situados no mundo de forma contextualizada. A conexão entre contexto e língua mediante a ação e percepção é capaz de gerar significação e informações. A língua não é autônoma, pois os sujeitos sempre estão situados em contexto e toda produção de significação está ligada a uma atividade coletivamente conduzida.

Quando se fala de direitos e liberdades, observa-se que os alunos possuem um pouco de conhecimento a respeito, porém, quando se fala de diversidade linguística, percebe-se que é algo que ainda merece ser trabalhado com maior veemência. Está

explícito, ainda, que muitos desses alunos pesquisados confundem variação linguística com liberdade de expressão, embora o poema explicita a ocorrência de duas variantes linguísticas: a norma padrão da gramática, do professor, dos alunos e do mulato sabido em oposição à variante popular usada pelos brasileiros no cotidiano quanto à colocação pronominal.

Grupo 4: “tanto no poema quanto na declaração universal dos Direitos Humanos, o poeta e os autores não citam nenhum tipo de diferença entre os gêneros, também falam do direito de liberdade de expressão”.

No posicionamento inicial, tornam-se explícitas opiniões preconceituosas quanto à dicotomia entre o que é certo ou errado. Alguns estudantes, embora reconheçam a importância da liberdade, ainda não veem a diversidade linguística como um processo natural contextualmente situado.

Grupo 5: “Que a relação entre o poema e o artigo é que o ser humano independente de raça ou de qualquer outra situação, tem sua própria liberdade de escolher entre os caminhos certos ou errados”.

Grupo 6: “É que os direitos humanos podem ser acionados independente de inteligência ou modo de pensar ou falar. Pois o modo linguístico não define o acesso de um indivíduo ao que é seu por direito”.

Bagno (2007, p. 27) faz um questionamento incisivo acerca do estudo da diversidade linguística. A partir dessa perspectiva, Bagno (2007) explicita que pode ser encontrada nas próprias escolas brasileiras, lugar em que as variações linguísticas estão inseridas na cultura dos alunos. Alguns estudantes, em virtude da discriminação sofrida em sala de aula quanto à variante linguística usada, acabam desenvolvendo o preconceito linguístico contra si mesmos. Bagno (1999, p. 75) afirma que o pior tipo de preconceito é aquele exercido contra si mesmo. Isso não acontece por acaso, numa escola que prioriza o ensino da gramática normativa como a única variante correta em todos os contextos culturais. O preconceito de que o português não padrão é feio, errado, pobre, faz com que o aluno que chega à escola falando uma variante diferente, seja estigmatizado.

Bortoni-Ricardo (2004, p. 30) explicita que “não existe forma ‘certa’ ou ‘errada’ de falar, mas sim formas adequadas a diversas situações”. De acordo com Possenti (1996, p. 54), a noção mais corrente de erro é a que decorre da gramática normativa: é erro tudo aquilo que foge à variedade que foi eleita como exemplo de boa linguagem. Ainda, segundo ele, a gramática normativa não dá conta de todos os fatos da língua.

Falar da língua é falar de política, e em nenhum momento esta reflexão política pode estar ausente de nossas posturas teóricas e de nossas atitudes práticas de cidadão, de professor e de cientista. Do contrário, estaremos apenas contribuindo para a manutenção do círculo vicioso do preconceito linguístico e do irmão gêmeo dele, *o círculo vicioso da injustiça social* (BAGNO, 1999, p.72).

Na instituição pesquisada há também um projeto de “Direito e Cidadania” desenvolvido nas aulas de Filosofia. Diante dessa realidade, percebe-se que alguns posicionamentos se deram nessa perspectiva, distando-se do foco desenvolvido no poema: a diversidade linguística. Cabe salientar, mais uma vez, que embora a escola possua uma heterogeneidade cultural bastante salutar, observa-se que a questão da diversidade linguística não tem sido foco no trabalho da diversidade.

Grupo 7: “Os dois relata a liberdade e seus direitos independentemente de sua origem, seja pessoal ou social. Cada um tem direito em si próprio e no poema relata em questão do cigarro, em outras palavras cada ser humano tem suas individualidades, tomando em suas responsabilidades e seus direitos em meio sua vida social, assim também levando em conta que há limites na vida social. Mas também levando em conta que há limites para liberdade e direitos, tendo assim a consciência de cumprir seus deveres”.

Grupo 8: “Independente de qualquer coisa, raça, cor, etnia, sexo... somos todos iguais”.

Desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) pelo Ministério da Educação em 1997, no qual propunha a renovação do ensino no Brasil, que a variação linguística passou a ser vista não mais como um problema, mas como um estudo natural da diversidade. No entanto, como se percebe nos dados produzidos, ainda há muito a ser feito.

Ainda há muito preconceito decorrente do uso das variantes linguísticas em sala de aula. Na maioria das vezes, o ensino tradicional priva o aluno de desenvolver suas

habilidades linguísticas, reprimindo-o de expressar-se livremente. Não se pode negar que os Parâmetros Curriculares Nacionais representam um grande avanço para a renovação do ensino (BAGNO, 1999, p. 141).

Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que existe uma forma “correta” que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado (BRASIL, 1997, p. 26).

A sociedade atual está imersa em um sistema globalizado, num mundo em que a individualidade perpetua a condição de vida humana e o respeito aos Direitos Humanos praticamente não existe. A meritocracia tem sido a chave mestra da sociedade. Cabe salientar, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que todo cidadão planetário tem acesso irrestrito à comunicação e interação. Dessa forma, é importante ressaltar que em uma comunidade linguística não pode existir unilateralidade. É necessário que haja uma visão sistêmica, não unilateral.

O ensino está relacionado, muitas vezes, ao estudo intensivo e acrítico da gramática normativa, ou seja, pouco se fala acerca da diversidade linguística e dentre todas as variantes usadas no Brasil, apenas a variante padrão é tida como a correta em todos contextos. Grande parte dos professores não tem uma visão crítica acerca do ensino e acaba seguindo modelos distantes das realidades linguística e cultural dos alunos, utilizando livros didáticos totalmente ultrapassados que não levam o aluno a pensar de maneira reflexiva perante a língua.

Atualmente, há uma necessidade de reformulação das estratégias educacionais empregadas nas escolas, por isso torna-se fundamental uma nova postura do professor em relação ao ensino. Cabe ressaltar a importância do incessante debate dos Direitos Humanos e da diversidade linguística. A reformulação das estratégias deve perpassar a teoria, tem de sair do papel e passar para prática, sendo uma constante em sala de aula. Segundo Possenti (2004, p. 24), “ter uma concepção clara sobre os processos de aprendizagem pode ditar o comportamento diário do professor de língua em sala de aula”. Por isso, o domínio de uma língua é o resultado de práticas efetivas, significativas e contextualizadas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecem que o ensino deve voltar-se à realidade social dos alunos, a partir da valorização das experiências destes em uma perspectiva dialógica de educação. Em uma educação voltada aos Direitos Humanos e à

diversidade, o professor deve ser um mediador. Deve-se fazer com que a educação deixe de ser vista como a transmissão de conteúdos prontos e passe a ser uma tarefa de construção de conhecimento por parte dos alunos, uma tarefa em que o professor deixa de ser única fonte autorizada de informações, motivações e sanções (POSSENTI, 2004, p. 95).

Durante a pesquisa, usou-se o processo da andaimagem, que se apresenta como uma estrutura tripartite: iniciação - resposta - avaliação (IRA). Durante o processo de intervenção, logo após a apresentação do poema e do artigo, o pesquisador iniciou o processo de intervenção com uma pergunta ou uma problematização acerca do poema e do artigo apresentados. A resposta dos participantes foi avaliada como um diagnóstico (em oposição ao estereótipo de “erro”) e, a partir daí, fez-se a intervenção necessária, sendo o pesquisador o mediador de todo o processo. É importante salientar que o processo de andaimagem alia-se à teoria de Vygotsky da Zona de Desenvolvimento Proximal.

A Zona de Desenvolvimento Proximal é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VYGOTSKY, 1991, p. 97).

Durante o processo de intervenção, o pesquisador utiliza-se das ações responsivas ratificadoras que são entendidas como as atitudes do pesquisador diante das perguntas ou contribuições dos alunos. Essas ações relacionam-se à atitude ética e pedagógica do pesquisador, aproximando-se do sujeito da pesquisa por meio de uma interação social. As ações responsivas ratificadoras representam estratégias interacionais em sala de aula que são altamente positivas à aprendizagem, instigando a participação do aluno. De acordo Bortoni-Ricardo (2005, p. 197), “uma forma efetiva de o professor conferir essa ratificação é dar continuidade à contribuição do aluno, elaborando-a e ampliando-a”. As ações responsivas devem se distanciar dos aspectos negativos quando se dirige para correção, num sentido de humilhação e de exclusão.

Logo após a análise escrita dos alunos ao relacionarem o artigo segundo da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o poema Pronominais, começou-se um processo interventivo por meio de um debate acerca daquilo que os grupos escreveram. Nesse primeiro processo de intervenção observou-se que muitos alunos salientaram

bastante a diversidade racial devido às palavras “mulato”, “negro” e “branco” salientadas no poema. Cabe salientar que a escola tem um bom trabalho quanto à questão da diversidade racial (trabalhada veementemente no Projeto Cultural da instituição e na disciplina de História) e de gênero (bastante discutida nas aulas de Sociologia), porém, como foi constatado no processo de intervenção, a diversidade linguística tem sido deixada de lado. Depois de algum tempo de discussão, um dos alunos salientou o porquê do título “Pronominais”, mostrando que a maioria dos brasileiros fala diferente da gramática, por meio da próclise: “Me dá um cigarro”. Esse mesmo aluno deixou evidente que isso não é um erro, mas um processo de diversidade cultural.

2ª Ação interventiva: formação cultural no contexto da diversidade linguística

A segunda ação interventiva ocorreu três dias após o desenvolvimento da primeira ação, nos segundo e terceiro horários da disciplina de Física. Cabe salientar que o professor estava de atestado médico, dessa forma o horário foi utilizado sem prejuízo ao professor da disciplina. Nesse dia, havia 34 alunos.

A segunda ação interventiva tem como pressuposto a formação cultural no contexto da diversidade linguística. Dessa forma, usou-se o curta “Vida Maria” com esse propósito. Cabe salientar que a primeira ação interventiva encerrou-se com um debate envolvendo a relação entre o poema “Pronominais” e o artigo segundo da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Logo após o debate da primeira ação interventiva, a partir do processo da andaimagem e ações responsivas ratificadoras, o pesquisador apresentou o vídeo “Vida Maria”. O filme se passa no sertão nordestino, retratando a vida de Maria José, uma menina de cinco anos a quem lhe é negado o direito de ter infância. Ela abandonou os estudos para trabalhar e ajudar a família. A história inicia-se com a menina ajoelhada em uma cadeira, apoiando-se em um caderno sobre o parapeito da janela, no qual está escrevendo. Em seguida sua mãe, Maria Aparecida, a proíbe de continuar fazendo aquela tarefa que lhe parecia prazerosa, obrigando-a a ajudá-la nos afazeres. Perpetuando sua difícil trajetória, a menina cresce, casa-se, tem vários filhos, tem sua rotina repleta de tarefas e envelhece em meio a isso, tornando-se uma pessoa mais rude. O último de seus filhos é uma menina, cujo nome é Maria de Lurdes. Ao final do filme,

quando Maria José vê a filha escrevendo no caderno, vai ao seu encontro e repete à filha o que ouvira de sua mãe quando criança: que não devia perder tempo “desenhando o seu nome”, exigindo que a menina a ajude nas tarefas, perpetuando a sina das Marias da família. Na última cena, o vento sopra e folheia ao contrário o caderno que Maria de Lurdes escrevia. Dessa forma, percebe-se que as personagens escreviam no mesmo caderno ao longo da história, já que em cada velha folha havia outro nome escrito: Maria de Lurdes, Maria José, Maria Aparecida, Maria de Fátima e Maria do Carmo - ratificando a ideia de que a história foi se repetindo ao longo do tempo.

O curta-metragem salienta não apenas o modo de vida das Marias, mas também valores, hábitos e heranças culturais perpetuadas ao longo do tempo, sem uma análise crítica da realidade cultural por parte das personagens.

Logo após a apresentação do filme, houve um debate acerca de “Vida Maria”, “Pronominais” e o artigo segundo da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Retomou-se a discussão dos Direitos Humanos e da diversidade linguística, como fundamento para a reflexão acerca do vídeo. Ao iniciar as ações interventivas, observou-se que os alunos estavam muito apáticos, pareciam não ter entendido o curta em sua essência. Dessa forma, o pesquisador utilizou-se do processo da andaimagem e ações responsivas ratificadoras para o desenvolvimento do debate. Provavelmente, o intenso calor e a baixa umidade relativa do ar tenham contribuído para apatia dos alunos.

Durante o debate, observou-se que a maioria dos alunos apresentavam posicionamentos acerca do vídeo relacionados aos Direitos Humanos, principalmente em relação à exploração do trabalho infantil e a falta de liberdade no acesso à educação e à leitura. Alguns alunos salientaram, ainda, a falta de água encanada, saneamento básico e a questão da pobreza, explicitando a desigualdade econômica do Brasil, sobretudo a pobreza evidente em muitas cidades nordestinas. Demorou-se um pouco para que os alunos pudessem compreender o vídeo em sua essência, foram muitos questionamentos levantados pelo pesquisador até se chegar numa discussão do curta-metragem em que salienta não apenas o modo de vida das Marias, mas também de valores, hábitos e heranças culturais perpetuadas ao longo do tempo. Turner (1997) relata que a cultura é um processo dinâmico responsável por produzir os comportamentos, as práticas, as instituições e significados que constituem a nossa existência. Dessa forma, a cultura pode ser entendida como uma teia de significados, tecida pelo próprio ser humano (GEERTZ, 1989).

No desenrolar do debate, uma aluna disse que ajudaria sua mãe, mas jamais deixaria a educação de lado, pois somente por meio da instrução, ela e sua família poderiam sair da marginalidade e quem sabe mudar a sina das Marias. Muitas alunas salientaram a questão do preconceito de gênero, pois, segundo elas, muitas meninas são obrigadas a realizar atividades domésticas e, muitas vezes, se casam como uma forma de procurar uma vida melhor, sem perceber que acabam na mesma situação da mãe, da avó: donas de casa, que não trabalham ou estudam para cuidar da casa e dos filhos. Diante dessa discussão, muitos alunos tinham exemplos análogos ao contexto trabalhado no curta. Segundo Laraia (2001, p. 45), “o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado, ele é o herdeiro de um grande processo acumulativo que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam”.

Alguns estudantes explicitaram que a maioria dos pais age contrariamente à realidade do vídeo, buscando realizar seus sonhos por intermédio dos filhos. Como a maioria dos pais tem pouca instrução, eles batalham para que os filhos possam fazer uma faculdade e ter profissões e uma vida melhor. Portanto, os alunos conseguiram fazer uma análise crítica e reflexiva da perpetuação dos valores, hábitos e heranças culturais apresentadas em *Vida Maria*, após a intervenção do pesquisador por meio do processo da andaimagem e ações responsivas ratificadoras, demonstrando a grande importância do educador no processo de ações reflexivas em Direitos Humanos e diversidade. Além disso, percebe-se que os alunos foram capazes de refletir, também, acerca de sua própria realidade.

Cabe salientar que ao fazer um gancho entre o poema “Pronominais” e o vídeo “Vida Maria”, percebeu-se que os alunos não sabiam o que falar. Eles não conseguiram fazer uma analogia com a perspectiva da perpetuação do preconceito linguístico empregado na realidade linguística. Dessa forma, pode-se parafrasear Oswald de Andrade, escritor modernista de meados do século XX, para analisar a realidade linguística do século XXI: a norma-padrão perpetuou como a variante utilizada pela gramática, pelo professor, pelo aluno e pelo mulato sabido, sendo para muitos a única correta, independente do contexto.

No final da discussão, uma aluna salientou que se deve respeitar a diversidade linguística, pois o importante é a comunicação, um ser humano entender o outro. A partir da dicotomia entre certo e errado, uma outra estudante disse que, na fala, pode-se empregar a diversidade linguística e na escrita deve-se usar a norma padrão da língua.

Foi um processo árduo para desmitificar, na discussão, a dicotomia do certo e errado, e trabalhar com adequado e inadequado, a partir do contexto cultural vigente.

Outro fato interessante para análise da intervenção do pesquisador é que em alguns momentos, de forma repentina, o pesquisador começava a falar usando ora a variante regionalista do sertão nordestino, ora a variante gíria. A atitude de oscilar as variantes deu-se para chamar a atenção dos alunos, visto que o calor estava bastante intenso em sala de aula e os alunos estavam realmente esgotados, principalmente por conta do horário: cerca de 15 horas do dia mais quente desde 2008 no Distrito Federal, sem contar com a baixíssima umidade do ar. Todas as vezes que o pesquisador oscilava sua fala para as variantes gíria e regionalista do sertão nordestino, percebeu-se, mesmo que não tenha sido planejada tais ações, que os alunos levavam um choque e tendiam a prestar mais atenção e a participar mais do debate. Cabe ressaltar que ao usar a variante regionalista, os alunos riam, mas riam bastante, mesmo depois de toda discussão sobre o respeito aos Direitos Humanos, à diversidade e ao contexto cultural.

Logo após essa ação não planejada, o pesquisador reforçou mais uma vez a questão do respeito à diversidade linguística, explicitando que o preconceito está tão enraizado que as pessoas estigmatizam o diferente quase que naturalmente. E nesse contexto, percebeu-se que o regionalismo foi mais estigmatizado do que a gíria, já que esta última faz parte do contexto de muitos alunos presentes naquela sala de aula.

Portanto, a análise da segunda ação interventiva impressionou bastante quanto ao preconceito à diversidade linguística. Outro fato relevante nesse contexto é que o conteúdo diversidade linguística é um dos conteúdos a ser ministrado no primeiro bimestre na disciplina de Língua Portuguesa, além de constar como uma habilidade e competência a ser trabalhada no PAS e no ENEM. Dessa forma, o preconceito linguístico está tão enraizado que, mesmo após algumas ações interventivas, o preconceito em relação à diversidade linguística ainda é explícito no contexto escolar.

3ª Ação interventiva: análise de contextos de diversidade linguística

A terceira ação interventiva fundamenta-se em análise de contextos de diversidade linguística, a partir de análise de charges, representando diferentes contextos linguísticos. Cabe salientar que a segunda ação interventiva encerrou-se por meio de um debate acerca do curta “Vida Maria”, retomando, também, discussões desenvolvidas na primeira ação.

Novamente a turma foi dividida em grupos (os mesmos grupos da primeira atividade). Cada grupo recebeu uma atividade a fim de que analisasse as charges a partir das discussões feitas anteriormente. Essa ação deu-se no decorrer de uma aula, cedida pela professora de Projeto Interdisciplinar.

Após o debate referente ao poema, ao artigo segundo da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o curta, foi aplicada uma pergunta acerca da relação entre três charges: uma empregando a norma-padrão, uma a variante regionalista e outra as gírias.

Charge nº 1

O MELHOR DE CALVIN / *Bill Watterson*



Charge nº 2



Copyright © 2000 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

6966

Charge nº 3



- Quais as charges estão representando a língua adequadamente? Justifique sua resposta.

Após os debates e ações interventivas, aplicou-se uma pergunta a partir das três charges, a fim de analisar a efetivação das ações desenvolvidas pelo pesquisador. Esperava-se, antes da aplicação dessa atividade, que todos os grupos compreendessem a diversidade linguística como algo natural contextualmente situado. A noção de contexto é de suma importância para o trabalho com a diversidade linguística na educação básica. O fato de se trabalhar a língua em uso como uma prática social é bastante relevante para preparação do sujeito (aluno) para agir criticamente na sociedade, tomando uma postura de um cidadão atuante. A educação voltada aos Direitos Humanos requer uma construção dialógica no âmbito escolar, respeitando o contexto situacional e cultural dos alunos.

Dos oito grupos participantes da pesquisa, quatro conseguiram entender que a diversidade linguística existe em diferentes contextos culturais, tornando-se importante o processo de comunicação. Cabe salientar que apesar de respeitarem as diferentes variantes, ainda não houve uma desmitificação da dicotomia certo e errado. Provavelmente, tem-se essa visão porque desde a alfabetização os alunos são trabalhados quanto ao uso da língua a partir dos conceitos de certo e errado, em vez de adequado e inadequado diante de um determinado contexto social.

Grupo 1: “Todas estão corretas, mas com linguagem diferentes”.

Grupo 2: “Todas estão corretas de acordo com o entendimento das pessoas envolvidas no diálogo”.

Grupo 3: “Nº 1. Porque está escrito adequadamente e no cenário que já diz a fórmula do vocábulo”.

Grupo 4: “Todas são adequadas desde que haja entendimento, portanto todas estão corretas”.

O fenômeno social da interação verbal, realizada por meio da enunciação ou das enunciações, constitui a realidade fundamental da linguagem, compreendida pelo

princípio dialógico, sendo que a palavra constitui o produto da interação. Assim, o ser humano usa a linguagem para agir no contexto social. Bakhtin (1988, p. 95) explicita que “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida”.

Cabe salientar que, mesmo após diversas discussões e intervenção do pesquisador, três grupos ainda explicitaram o preconceito quanto à diversidade linguística, estando focados na dicotomia “certo” e “errado”, conceitos tão enfatizados numa educação que se distancia de uma pedagogia culturalmente sensível e da dialogicidade.

Grupo 5: “Na 1ª charge está escrito corretamente. Na 2ª e na 3ª não está correto, porém dá para entender”.

Grupo 6: “2º charge por que estão se entendendo”.

Grupo 7: “Todas estão corretas. Pois a linguagem depende do contexto em que a está; sendo necessário apenas o entendimento”.

Além disso, um grupo apresentou um foco na charge 2, considerando-a a única adequada, possivelmente em razão da influência das discussões a partir do curta Vida Maria.

Grupo 8: “Nº 1= porque está escrita de acordo com a gramática”.

Portanto, percebe-se que os sujeitos da pesquisa lidam com a diversidade linguística não respeitando o artigo segundo da Declaração Universal dos Direitos Humanos e, mesmo após as ações interventivas e discussões, o preconceito linguístico ainda é explicitado de forma latente.

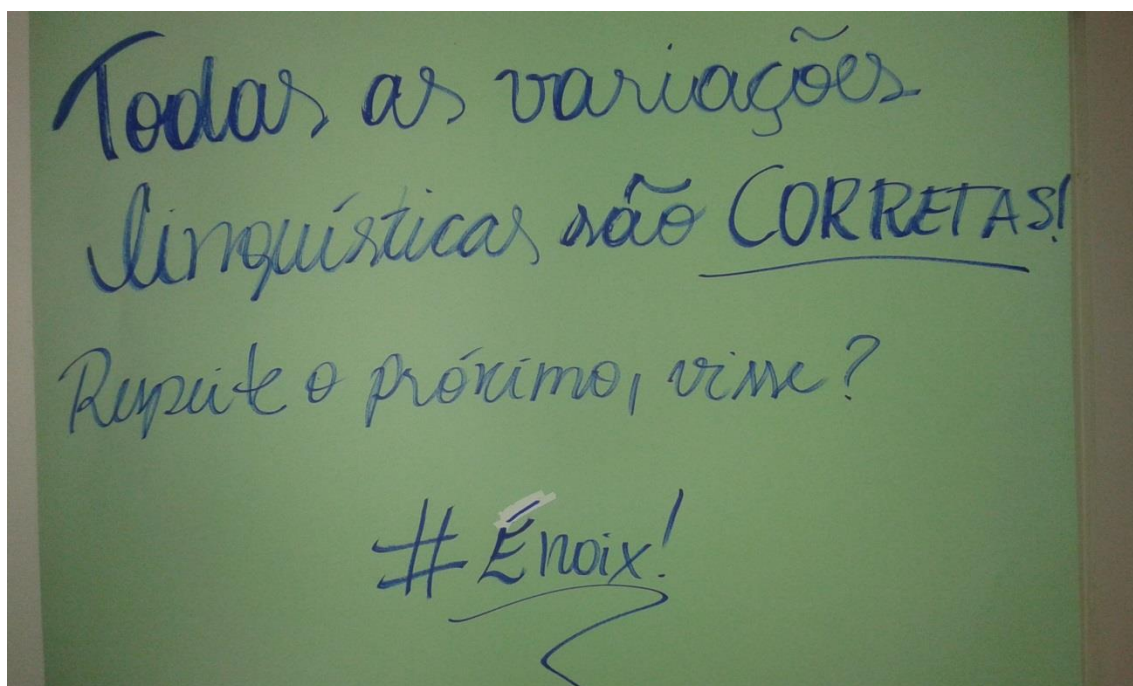
4ª Ação interventiva: Atividade Final

A atividade final consiste na confecção de um cartaz envolvendo os Direitos Humanos e a diversidade linguística a partir da discussão das atividades desenvolvidas anteriormente.

Assim que os alunos terminaram de responder ao questionamento acerca dos contextos linguísticos explicitados por meio das charges na terceira ação interventiva, o pesquisador buscou uma discussão envolvendo a atividade aplicada. Como metade dos grupos na atividade anterior conseguiu compreender a diversidade linguística como um processo cultural contextualmente situado, o debate agora se deu de uma forma mais tranquila. Rapidamente os próprios alunos que adequadamente entenderam o processo da diversidade linguística, retomaram o poema e defenderam seus pontos de vista, sendo os seus posicionamentos prontamente aceitos pelos outros grupos. Não houve nenhum tipo de resistência em relação ao que foi apresentado pelos alunos que entenderam a essência da diversidade.

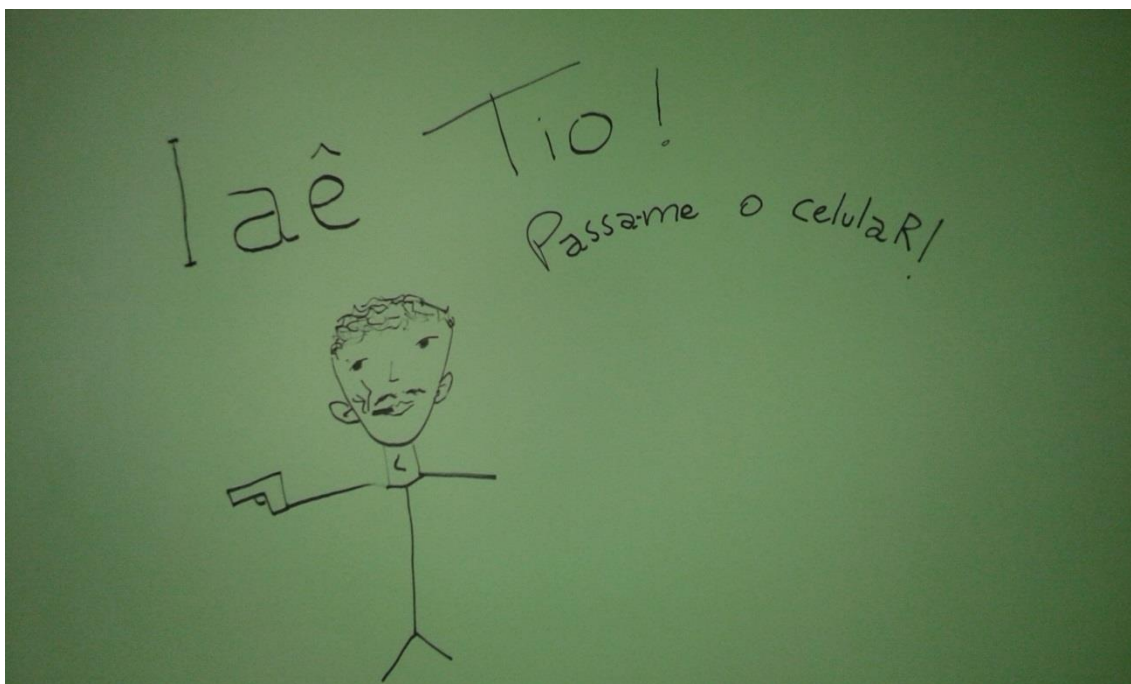
Logo após o questionamento acerca da diversidade linguística a partir das charges, foi pedido aos alunos, divididos em grupos, para confeccionarem um cartaz acerca da diversidade linguística, tendo em vista as discussões feitas nas ações interventivas.

Grupo 1:



O grupo 1 percebeu adequadamente que todas as variações linguísticas são corretas. Certamente todas as ações interventivas foram importantes para conclusão da atividade do grupo. É importante ressaltar que o estudo dos Direitos Humanos foi fundamental nesse processo, pois os alunos salientaram além da questão da diversidade linguística, o respeito ao próximo. Outra questão significativa nesse contexto é a presença das palavras regionalistas -visse- e -noix-, caracterizando, respectivamente, as variantes do sertão nordestino (viu) e a variante empregada pelos cariocas (nós). Dessa forma, constatou-se que o preconceito linguístico latente em outras ações interventivas revela-se estar sendo superado no decorrer das atividades de intervenção. Por fim, o grupo ainda se utilizou da *hashtag* (#), sinal bastante usado na variante linguística da internet, sobretudo nas redes sociais. O grupo 1 demonstrou claramente o quanto que é grandiosa a diversidade linguística, pois até elementos não linguísticos adentraram na escrita e possui uma relevância semântica e pragmática.

Grupo 2:

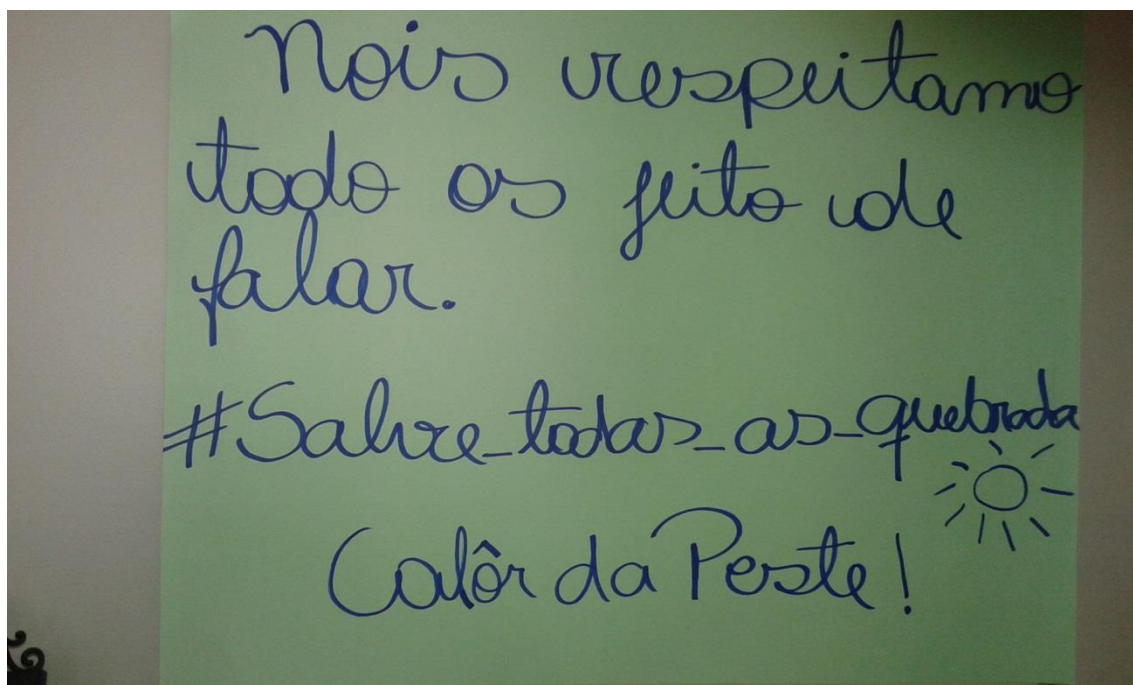


O grupo 2 foi bastante criativo, utilizando-se de um texto multimodal, oscilando a variante gíria e a norma padrão. O grupo 2 aproximou-se bastante daquilo que Oswald de Andrade propunha em seu poema “Pronominais”. Os alunos usaram duas variantes e abarcaram bem o seu contexto situacional. Enquanto Oswald de Andrade retrata a

questão de pedir um cigarro, algo característico daquela época, os alunos retratam a violência, já que são alvos constantes de assaltantes e, geralmente, o que lhes é roubado é o aparelho de celular. Esse cartaz mostra com maestria que o grupo certamente compreendeu a importância da pesquisa, demonstrando a presença da diversidade linguística em seu contexto cultural e situacional.

Definir contexto é uma tarefa bastante complicada. O contexto tem sido um conceito chave no campo da pragmática, caracterizando-se como um estudo orientado da linguagem em uso. A noção de contexto atrela-se à perspectiva de prática situada, distante de uma definição formal (DURANTI & GOODWIN, 1992, p. 2). Envolve uma justaposição fundamental de duas entidades: um evento focal e um campo de ação em que o evento está encaixado. Há uma diferença considerável entre evento focal e contexto. O primeiro é considerado como um foco da atenção do participante, enquanto que o último é visto como um fenômeno ligado à experiência. O contexto é uma estrutura que cerca o evento examinado e fornece recursos para sua interpretação apropriada.

Grupo 3:

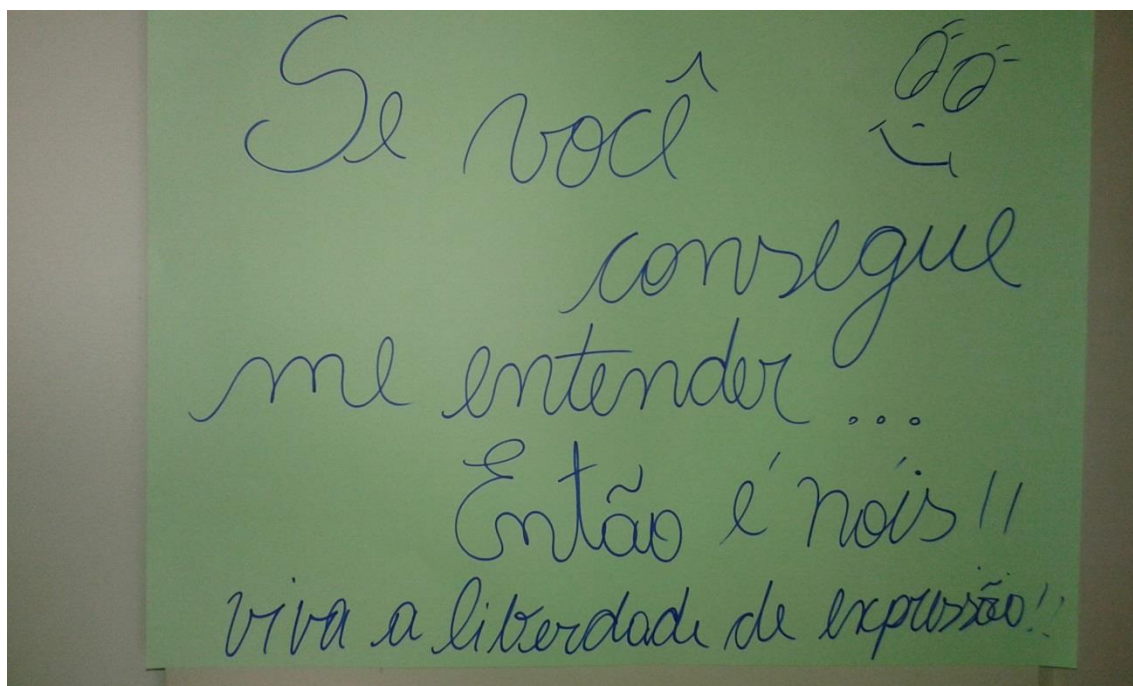


O grupo 3 também foi bastante criativo, começando com a variante popular que consiste em acrescentar a vogal -i- em alguns contextos e omitindo o -s- no final de

algumas palavras. O fato mais interessante nessa atividade é que o grupo não apenas salientou adequadamente a questão do respeito à diversidade linguística como se utilizou da própria variação para explicá-la. Assim como o grupo 1, os alunos também se utilizaram da *hashtag* (#), sinal bastante usado na variante linguística da internet, sobretudo nas redes sociais. Observou-se, ainda, o emprego das gírias, variante que mais se aproxima do contexto linguístico dos alunos, atrelado ao estilo bastante peculiar nas redes sociais: “#Salve_todas_as_quebrada”. E assim como o grupo 2, o grupo 3 construiu um texto multimodal, desenhando um sol e relatando, além do contexto linguístico, o contexto situacional, por meio da variante regionalista usada no sertão nordestino: “Calôr da Peste!”.

O contexto pode ser definido não apenas como decorrência do ambiente físico. Muito mais que isso, ele se constitui pelo que as pessoas fazem a cada instante. Os participantes constroem o contexto social quanto à natureza da situação em que se encontram e, posteriormente, nas ações sociais que as pessoas executam (ERICKSON & SHULTZ, 1998, p. 143).

Grupo 4:

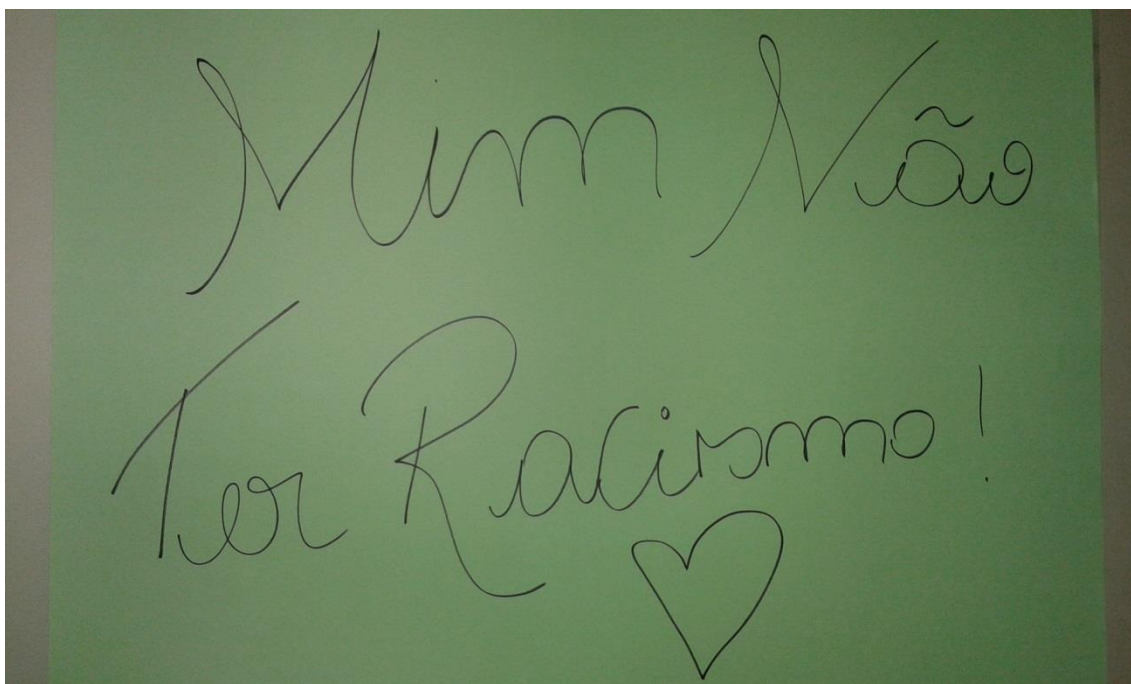


O grupo 4 explicita adequadamente a importância da liberdade no processo de comunicação, salientando que o mais salutar nesse processo é o processo dialógico por meio da compreensão durante o processo. Mais um grupo utilizou-se da variante

linguística popular para expressar a diversidade linguística: “Então é nós!!”. Tal fato evidencia que, a cada ação interventiva, os alunos vão se apropriando do respeito à variação linguística, fazendo, inclusive, uso dela.

Uma importante perspectiva de contexto emerge não de um estudo de linguagem em si mesmo, mas de interesses sociológicos em análises sistemáticas de como membros de uma sociedade constroem os eventos e participam dele (DURANTI & GOODWIN, 1992, p. 27).

Grupo 5:

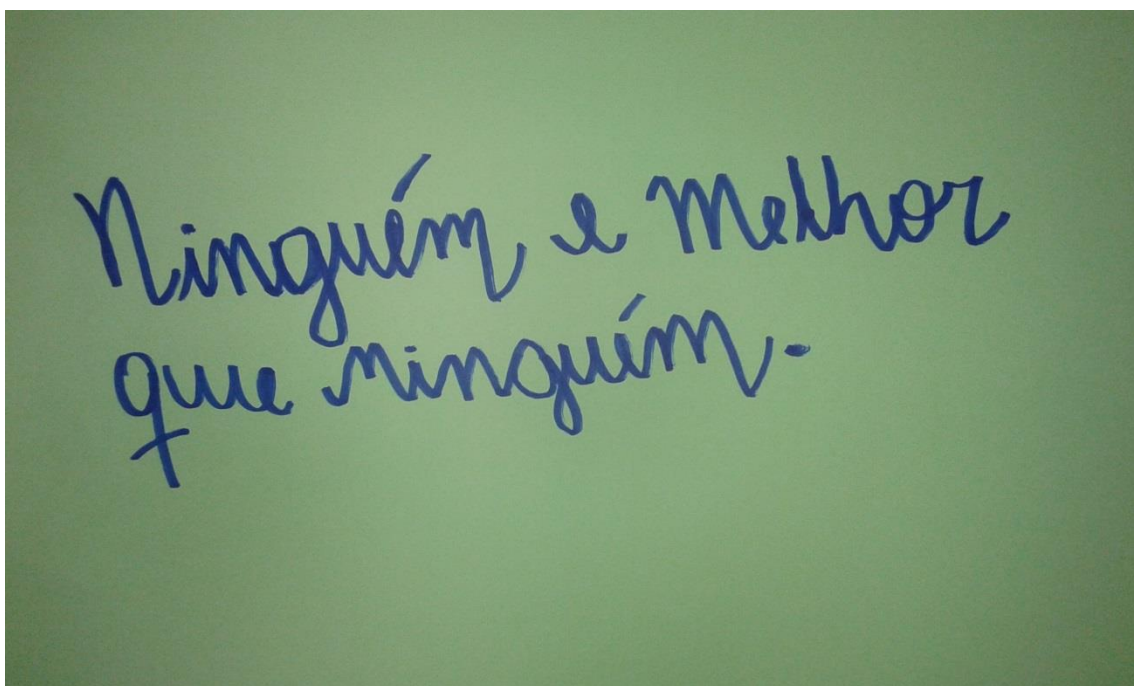


O grupo 5, apesar de não se expressar diretamente acerca da diversidade linguística, apresentou um posicionamento referente à questão do racismo, também discutido em algumas ações interventivas. A atividade desse grupo atrela-se essencialmente ao artigo segundo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, já que aborda a diversidade racial, porém cabe salientar que para isso, utilizou-se da diversidade linguística: “Mim não ter racismo”. Mais uma vez o grupo percebeu não apenas a questão da diversidade cultural, como também fez uso da diversidade linguística em sua produção.

Grupo 6:

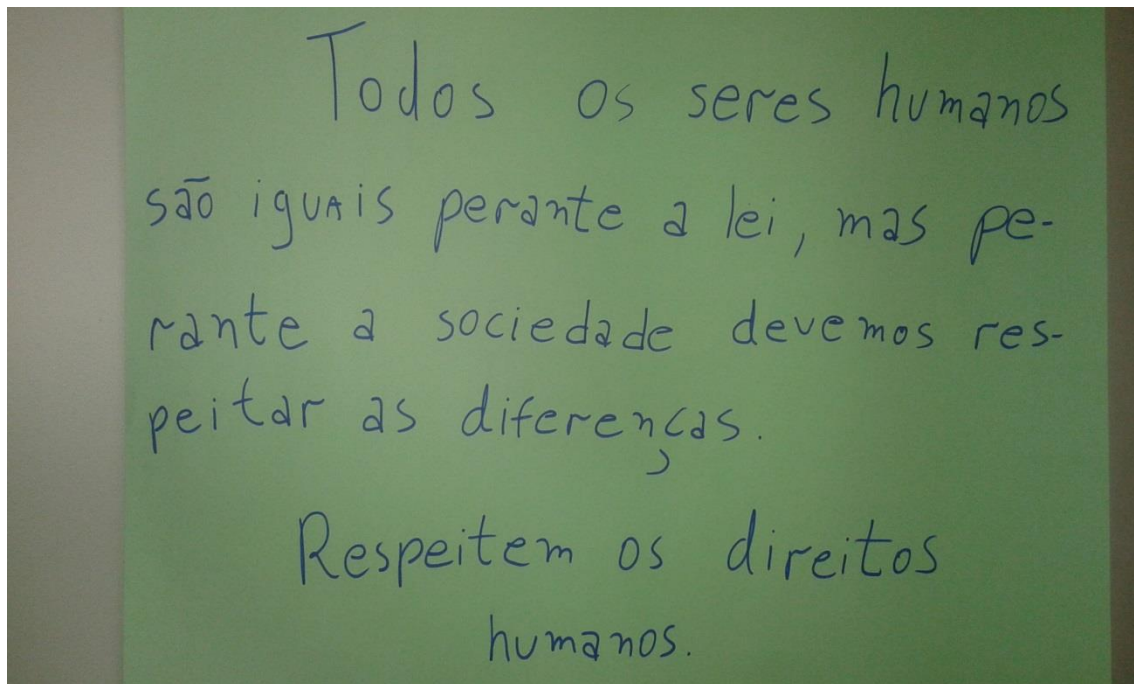
De todos os grupos, apenas o grupo 6 deixou de realizar a atividade com cartazes. Observou-se que o tempo estava curto, porém o presente grupo em nenhum momento sinalizou que faria o cartaz. Cabe ressaltar que o calor em sala de aula estava realmente insuportável e que todos os membros deste grupo estavam bastante apáticos, pedindo a todo momento para tomar água. Observou-se que ao propor uma atividade com cartazes, a maioria dos grupos reagiu positivamente, havendo uma interação bastante significativa entre os membros dos grupos, exceto os grupos 6 e 7.

Grupo 7:



O grupo 7 relata que ninguém é melhor que ninguém, confirmando os posicionamentos tomados por muitos alunos quanto à igualdade de direitos. Embora não haja referência à diversidade linguística, implicitamente pode-se concluir que não existe variante linguística melhor ou pior, o que há é o diferente.

Grupo 8:



O grupo 8 salienta a importância em se respeitar os Direitos Humanos, discussão bem desenvolvida na primeira ação interventiva. Explícita, ainda, o respeito às diferenças que é o foco da pesquisa. O trabalho visa preparar o professor como um agente de uma pedagogia culturalmente sensível à realidade do aluno, a partir do multiculturalismo.

A educação voltada ao multiculturalismo defende uma perspectiva em que o aluno esteja agindo ativamente no mundo no qual ele se encontra, relacionando aspectos culturais organizados socialmente. É importante salientar que os estudantes estão situados em múltiplos contextos e são capazes de uma mudança rápida e dinâmica em eventos em que eles estão engajados. Dessa forma, o contexto é um fenômeno socialmente constituído e interativamente sustentado. De acordo com Marcuschi (2007, p. 39), “a apropriação da linguagem no formato de uma língua não é aleatória, mas condicionada pela inserção social e pelo contexto em que estamos situados”.

VII. Considerações Finais

A pesquisa revelou que os alunos das escolas públicas do ensino médio do Distrito Federal necessitam estar imersos em práticas efetivas e contextualizadas voltadas à educação em Direitos Humanos e à diversidade linguística. Apesar de o currículo, o PAS e o ENEM exigirem uma formação dos alunos nessa perspectiva, percebe-se que muito ainda precisa ser feito.

As ações interventivas desenvolvidas pelo pesquisador tornaram evidentes a importância do professor na condução de uma educação em e para os Direitos Humanos no contexto da diversidade cultural. Os dados mostraram que a minimização do preconceito linguístico é um trabalho árduo, mas que pouco a pouco, por meio de ações interventivas contextualmente situadas, imersas em um processo dialógico, pode-se obter resultados significativos como observado na última ação interventiva.

A ação pedagógica do professor no contexto da diversidade linguística e respeito aos Direitos Humanos deve relacionar-se à criticidade, em que a educação bancária esteja distante da prática e a dialogicidade esteja presente durante todo o processo de ensino-aprendizagem. A escola deve impregnar uma educação libertadora e não uma educação opressora, deve fazer com que a cultura do silêncio seja substituída pela participação ativa do aluno no processo de construção da educação. Nessa concepção interacional dialógica de língua, os sujeitos são tidos como atores/construtores sociais, ou seja, sujeitos ativos que, dialogicamente, se constroem e são construídos, não no estudo descontextualizado de língua.

É de fundamental importância o princípio apontado por Vygotsky (1996) ao discutir os problemas do método, em que a análise psicológica deve sempre incidir sobre os processos nunca entendidos como objetos fixos e estáveis. Não existe nada eterno, fixo, absoluto. Tudo o que existe na vida humana e social está em permanente mudança, tudo é perecível. Assim também deve ser a educação voltada à diversidade linguística e aos Direitos Humanos, deve haver mudanças constantes, esquecer o padrão fixo e estar pronto para a flexibilidade, atendendo as perspectivas sociais inerentes.

Um pressuposto básico de Vygotsky (1996) é que a origem das formas superiores de comportamento consciente deve ser achada nas relações sociais que o homem mantém. Vygotsky não via o homem como um ser passivo, mas o entendia como ser ativo, que age sobre o mundo, sempre em relações sociais. O ensino em diversidade linguística com vistas ao respeito aos Direitos Humanos deve envolver os alunos por

meio das relações sociais, em que o educando seja um sujeito ativo da construção e do desenvolvimento. Desse modo, ter-se-á uma maior possibilidade de formar um cidadão crítico-reflexivo.

Novas metodologias de ensino, voltadas aos Direitos Humanos e à diversidade linguística, têm ganhado significância para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, havendo um distanciamento em relação ao mito do ensino da gramática tradicional como instrumento fundamental das aulas no ensino médio.

Na proposta curricular dos PCNs, o enfoque das práticas pedagógicas mudam em relação às tradicionais. Não mais estão centradas nas metodologias de ensino ou nos conteúdos a serem ministrados, ou 'transmitidos', mas, sim no processo de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos. O objetivo agora é uma aprendizagem significativa, em que os sujeitos-alunos se tornem aptos a lidar com as mais variadas situações sociais e discursivas e se posicionar frente a elas. (SILVA, 2004, p. 84)

A contribuição deixada neste trabalho não se resume apenas a este estudo, já que a pesquisa requer um maior aprofundamento e complementação. Por isso, caracteriza-se como um dos passos para o estudo da diversidade linguística no processo de respeito aos Direitos Humanos, estudo inesgotável. Espera-se que este trabalho ofereça um referencial para que outros professores possam refletir sobre seu papel social e a importância em se desenvolver a formação de um aluno que respeite à diversidade cultural.

Desenvolver um ensino de qualidade “significa respeitar o conhecimento intuitivo do aluno, valorizar o que ele já sabe do mundo, da vida, reconhecer na língua que ele fala a sua própria identidade como ser humano” (BAGNO, 2001, p. 145). É fundamental que todas as variantes linguísticas sejam priorizadas nas aulas de todas as disciplinas, a fim de aproximar a prática pedagógico-didática à realidade linguística.

A educação em e para os Direitos Humanos no contexto da diversidade linguística pode contribuir para constituição de uma nova realidade social e educacional. Portanto, a educação, nesse contexto, deve relacionar-se a um processo dinâmico e participativo que visa promover o diálogo e a resolução criativa e cooperativa dos conflitos que emergem no decorrer das interações e relações humanas. A Educação deve apresentar-se contextualizada, distando-se da rigidez e da padronização.

Referências

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____, Marcos. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. 2.ed. São Paulo: Parábola, 2001.

_____, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

_____, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

BAKHTIN, M. Língua, fala e enunciação. Interação verbal. In: _____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, p. 90-138, 1998.

BASSO, Renato; ILARI, Rodolfo. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.

BOCK, Ana Mercês Bahia; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi; FURTADO, Odair. *Psicologia fácil*. São Paulo: Saraiva, 2011.

BORTONE, M. E. *A construção da leitura I*. Fascículo do Programa da Rede Nacional de Formação Continuada – Alfabetização e Linguagem – UnB/CFORM, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

_____, Stella Maris. *Nós chegemu na escola e agora? Sociolinguística & educação*. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, S. M. Comunicação interdialeto. In CAVALCANTI, Marilda C. & BORTONI-RICARDO, S. M. *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p. 123-142.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental - Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Problemas de linguística descritiva*. 20.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

CASTILHO, Ataliba T. de (org). *Para a história do português brasileiro*. Volume I. São Paulo: FAPESP, 1998.

CARVALHO, Rafael Dantas de. *A leiturização como prática de letramento na Educação de Jovens e Adultos. Dissertação (Mestrado em Linguística)* Universidade de Brasília, 2008.

DUARTE, Dulce Almada. *Bilinguismo ou diglossia? As relações de força entre o crioulo e o português na sociedade cabo-verdiana*. 2.ed. Praia: Spleen, 1998.

DURANTI, A & GOODWIN, C. *Rethinking context: language as an interactive phenomenon*. Cambridge: CUP, 1992.

ERICKSON, F.; SHULTZ, J. “O quando” de um contexto: questões e métodos na análise da competência social. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P.M. (org). *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre: AGE, 1998. p. 142-159.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística textual: uma introdução*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

FREIRE, P. *Pedagogia do autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 13ª ed. Rio de Janeiro : LTC, 1989.

KICHTER, Marcos Gustavo. *Ensino do português e interatividade*. Santa Maria: UFSM, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARAIA, Roque. *Cultura, um conceito antropológico*. 14ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org). *Para a história do português brasileiro*. Volume II. São Paulo: FAPESP, 2001.

MELLO, Heloísa Augusta Brito de. *O falar bilíngue*. Goiânia: EUFG, 1999.

MOLLICA, M. Cecília; BRAGA, M. Luiza. *Introdução à sociolinguística: O tratamento da variação*. 3.ed. SP: Contexto, 2004.

MOURA, Denilda. *Os desafios da língua: pesquisas em língua falada e escrita*. Maceió: EDUFAL, 2008.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2004.

NETO, João B. M; AGNOLETI, Michelle Barbosa. Educação e Diversidade Sexual: em busca de uma escola não homofóbica. In: RIBEIRO, Mara Rejane; RIBEIRO, Getúlio (orgs). *Educação em Direitos Humanos e Diversidade: diálogos interdisciplinares*. Maceió: EDUFAL, 2012, p. 443-471.

OLIVEIRA, Marluce Falcão. Fundamentos Político-educacionais em EDH. In: RIBEIRO, Mara Rejane; RIBEIRO, Getúlio (orgs). *Educação em Direitos Humanos e Diversidade: diálogos interdisciplinares*. Maceió: EDUFAL, 2012, p. 573-595.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acesso em 29 de julho de 2015.

ORLANDI, Eni Puccineli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccineli. *O que é linguística*. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PERINI, Mário Alberto. *A língua do Brasil amanhã e outros mistérios*. São Paulo: Parábola, 2004.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo: Mercado das letras, 1996.

PRETTI, Dino. *Sociolinguística: os níveis de fala*. São Paulo: EDUSP, 2000.

PULINO, L. H.C.Z. Acolher a criança, educar a criança – uma reflexão. In: *Em aberto*, Brasília, INEP/MEC, Vol. 18, N. 73, p. 73, p. 29-40, Julho de 2001.

RIBEIRO, Getúlio. Direitos Humanos e diversidade: discrepâncias entre fato e sua veiculação. In: RIBEIRO, Mara Rejane; RIBEIRO, Getúlio (orgs). *Educação em Direitos Humanos e Diversidade: diálogos interdisciplinares*. Maceió: EDUFAL, 2012, p. 473-491.

SALVADOR, César Coll. *Psicologia do ensino*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

SANTANA, Ana Paula. *Surdez e Linguagem: Aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo: Plexus, 2007.

SILVA, J. P. 2004. *O sujeito-leitor nos PCNs*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília.

SOARES, Magda. *Linguagem e escrita: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2003.

TURNER, Graeme. *O cinema como prática social*. São Paulo: Summus, 1997.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. *Teoria e Método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ANEXO 1

GRUPO 1



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Pronominais

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.

ANDRADE, O. Obras completas, Volumes 6-7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

“Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”.

Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Relacione o poema “Pronominais” ao Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Todos nós temos a liberdade de nos expressarmos
da maneira que quisermos.



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Charge nº 1

O MELHOR DE CALVIN / Bill Watterson



Charge nº 2



Copyright © 2000 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados

6066

Charge nº 3



- Quais as charges estão representando a língua adequadamente? Justifique sua resposta.

Todas estão corretas, mas com linguagem diferentes.

GRUPO 2



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Pronominais

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.

ANDRADE, O. Obras completas, Volumes 6-7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

“Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”.

Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Relacione o poema “Pronominais” ao Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A forma da fala e escrita podem ser fatores de exclusão social, porém, isso não deve ser um fato, pois todos somos iguais. Além disso, possuímos os mesmos direitos que os outros cidadãos, ~~mesmo~~ portanto, somos seres independentes da nossa cultura.



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Charge nº 1

O MELHOR DE CALVIN / Bill Watterson



Charge nº 2



Charge nº 3



- Quais as charges estão representando a língua adequadamente? Justifique sua resposta.

~~representando~~ Todas estas charges de acordo com o ~~que~~ entendimento das pessoas envolvidas no diálogo.

GRUPO 3



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Pronominais

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.

ANDRADE, O. Obras completas, Volumes 6-7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

“Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”.

Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Relacione o poema “Pronominais” ao Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Todos nós temos direitos e nossa liberdade independente de sua raça, cor, religião etc. Portanto, todos nós devemos exigir os nossos direitos e liberdade. É que os brasileiros não se importam mais com a gramática, e cada dia a nossa linguagem fica mais informal, por causa de nossos modos e atitudes, ou seja cada um com a sua cultura diferente.



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Charge nº 1

O MELHOR DE CALVIN / Bill Watterson



Charge nº 2



Copyright © 2000 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados

03006

Charge nº 3



- Quais as charges estão representando a língua adequadamente? Justifique sua resposta.

not. Porque está escrito adequadamente e no cenário que se diz a fórmula do vocabulário.

GRUPO 4



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Pronominais

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.

ANDRADE, O. Obras completas, Volumes 6-7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

“Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”.

Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Relacione o poema “Pronominais” ao Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

tanto no poema quanto na declaração
Universal dos direitos humanos, o poeta e
os autores não usam nenhum tipo de di-
ferença entre os gêneros, também falam do
direito de liberdade de expressão.



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Charge nº 1

O MELHOR DE CALVIN / Bill Watterson



Charge nº 2



Copyright © 2000 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

6066

Charge nº 3



- Quais as charges estão representando a língua adequadamente? Justifique sua resposta.

Todas são adequadas desde que haja entendimento, portanto todas estão corretas.

GRUPO 5



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Pronominais

Dê-me um cigarro
 Diz a gramática
 Do professor e do aluno
 E do mulato sabido
 Mas o bom negro e o bom branco
 Da Nação Brasileira
 Dizem todos os dias
 Deixa disso camarada
 Me dá um cigarro.

ANDRADE, O. Obras completas, Volumes 6-7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

“Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”.

Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Relacione o poema “Pronominais” ao Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Que a relação entre o poema e o artigo é que
 o ser humano independente de raça ou de de qual-
 quer outra situação, tem suas próprias liberdades de
 escolher entre as comissões certas ou erradas



Universidade de Brasília - UnB
 Instituto de Psicologia - IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano - PED
 Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Charge nº 1

O MELHOR DE CALVIN / Bill Watterson



Charge nº 2



Charge nº 3



- Quais as charges estão representando a língua adequadamente? Justifique sua resposta.

na 1ª charge está escrita corretamente
 na 2ª e na 3ª não está escrita, porém não para entender.

GRUPO 6



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Pronominais

Dê-me um cigarro
 Diz a gramática
 Do professor e do aluno
 E do mulato sabido
 Mas o bom negro e o bom branco
 Da Nação Brasileira
 Dizem todos os dias
 Deixa disso camarada
 Me dá um cigarro.

ANDRADE, O. Obras completas, Volumes 6-7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

“Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”.

Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Relacione o poema “Pronominais” ao Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

É que
 Os direitos Humanos podem ser sociais -
 des independentes de inteligência ou mes-
 des (de pensar) ou falar. Porém os meios
 linguísticos não definem os seres de um
 indivíduo ~~em~~ que é seu parte direitos



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Charge nº 1

O MELHOR DE CALVIN / Bill Watterson



Charge nº 2



Copyright © 2000 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados

6906

Charge nº 3



- Quais as charges estão representando a língua adequadamente? Justifique sua resposta.

2º charge por que estão se entendendo.

GRUPO 7



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Pronominais

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.

ANDRADE, O. Obras completas, Volumes 6-7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

“Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”.

Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Relacione o poema “Pronominais” ao Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os seres humanos são indivíduos e seus direitos independentemente de suas origens, sua posição social, sua cor, sua religião, sua língua, sua origem nacional ou social, sua fortuna, seu nascimento ou de qualquer outra situação. Mas também lembrando em certo que não há limites para liberdade e direitos, tendo assim a consciência de cumprir seus direitos.



Universidade de Brasília - UnB
 Instituto de Psicologia - IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano - PED
 Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Charge nº 1

O MELHOR DE CALVIN / Bill Watterson



Charge nº 2



Copyright © 2000 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

6000

Charge nº 3



- Quais as charges estão representando a língua adequadamente? Justifique sua resposta.

Textos estão corretos. Pois a linguagem depende do contexto em que a pessoa está; sendo desnecessário apenas o entendimento.

GRUPO 8



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Pronominais

Dê-me um cigarro
 Diz a gramática
 Do professor e do aluno
 E do mulato sabido
 Mas o bom negro e o bom branco
 Da Nação Brasileira
 Dizem todos os dias
 Deixa disso camarada
 Me dá um cigarro.

ANDRADE, O. Obras completas, Volumes 6-7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

“Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”.

Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Relacione o poema “Pronominais” ao Artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Independente de qualquer cor, raça, cor, etnia, sexo... todos iguais



Universidade de Brasília - UnB
 Instituto de Psicologia - IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano - PED
 Programa de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Charge nº 1

O MELHOR DE CALVIN / Bill Watterson



Charge nº 2



Copyright © 2000 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

0066

Charge nº 3



- Quais as charges estão representando a língua adequadamente? Justifique sua resposta.

nº1 = porque está escrito de acordo com a gramática.